

Rodolpho Luiz Gonçalves Vieira

O OFÍCIO DE SOCIÓLOGO NO BRASIL: formação
e mercado de trabalho a partir dos PPCs de Ciências Sociais.



ARARAQUARA - S.P.

2023

Rodolpho Luiz Gonçalves Vieira

O OFÍCIO DE SOCIÓLOGO NO BRASIL: formação e mercado de trabalho a partir dos PPCs de Ciências Sociais.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Democracia, Cultura e Pensamento social

Orientador: Profa. Dra. Carla Gandini Giani Martelli

ARARAQUARA - S.P.

2023

V658o

Vieira, Rodolpho Luiz Gonçalves

O ofício de sociólogo no Brasil : formação e mercado de trabalho a partir dos PPCs de Ciências Sociais. / Rodolpho Luiz Gonçalves

Vieira. -- Araraquara, 2023

83 p. : tabs., fotos

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara

Orientadora: Carla Gandini Giani Martelli

1. Ofício do sociólogo. 2. Mercado de trabalho para sociólogos. 3.
Bacharelado em Ciências Sociais. 4. Projeto Pedagógico de Curso. 5.
Características da formação para sociólogos. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

Rodolpho Luiz Gonçalves Vieira

O OFÍCIO DE SOCIÓLOGO NO BRASIL: formação e mercado de trabalho a partir dos PPCs de Ciências Sociais.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Democracia, Cultura e Pensamento social

Orientador: Profa. Dra. Carla Gandini Giani Martelli

Data de defesa: 27/06/2023

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientadora: Prof.^a Dra. Carla Gandini Giani Martelli

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP/Araraquara

Membro Titular: Prof. Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP/Araraquara

Membro Titular: Prof. Dra. Alessandra Santos Nascimento

Universidade de Araraquara - UNIARA/Araraquara

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras

UNESP – Campus de Araraquara

A minha mãe Cleuza, *in memoriam*.

“Se, portanto, nós a possuímos à partida, o estudo da realidade presente não tem já qualquer interesse prático e, como é este o interesse a razão de ser do estudo, também perde a sua finalidade”.

(DURKHEIM, 1993, p. 95)

AGRADECIMENTOS

Ao meu pai Zarur, minha mãe Cleuza e aos meus irmãos Brunno e Leandro por sempre acreditarem em mim e sempre me apoiarem, me dando todo o suporte necessário para que valorizasse a educação e o estudo, elementos indispensáveis nesta jornada de pesquisador.

À minha esposa Lidiane e ao Chico (meu cachorro) por toda a paciência e suporte nestes dois anos intensos de muito trabalho, estudo e pesquisa.

À minha orientadora Profa. Dra. Carla Gandini Giani Martelli por todo o suporte, carinho e compreensão nesta empreitada, por acreditar em mim e sempre me jogar para cima, até nas horas mais difíceis.

Aos(Às) demais docentes envolvidos(as) neste processo de formação e aprendizagem - que foi este curso de Mestrado Acadêmico.

A todos os(as) professores(as) das disciplinas cursadas durante minha formação de mestrado, além de minha orientadora - que além disso, também foi minha professora -, são eles(as): Profa. Dra. Ana Lúcia de Castro; Profa. Dra. Maria A. Chaves Jardim; Prof. Dr. Bruno Theodoro Luciano; Profa. Dra. Clarissa Correa Neto Ribeiro; Prof. Dr. Flávio Contrera; Profa. Dra. Lívia Peres Milani; Profa. Dra. Samara Guimarães; Prof. Dr. Dr. Paride Bollettin; e Prof. Dr. André Thiemann. Todos(as) contribuíram demais com tudo o que construí nesta pesquisa.

Em especial às integrantes da banca - tanto de qualificação, quanto de defesa: Prof. Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy e Prof. Dra. Alessandra Santos Nascimento. Ambas foram importantíssimas na construção deste trabalho, pois sua leitura atenta no momento da banca de qualificação, contribuiu demais com o resultado de toda esta dissertação.

RESUMO

Esta dissertação se insere nos debates atuais a respeito da formação dos sociólogos no Brasil e a sua preparação para o mercado de trabalho. Nosso estudo tratou dos temas sobre o ofício de sociólogo; o mercado de trabalho para sociólogos; e da formação para sociólogos no Brasil. Essa investigação se deu por meio de revisão bibliográfica e análise de documentos. A revisão bibliográfica envolveu um levantamento de importantes autores para a Sociologia brasileira e para o tema. A análise documental envolveu os Projetos Pedagógicos de Curso de 43 Instituições de Ensino Superior no Brasil. Os resultados apontam certa predominância de um padrão de formação que prestigia uma preparação mais voltada para o exercício de uma carreira de pesquisa científica acadêmica e menos voltada para áreas de atuação fora da docência e da academia, como a área de políticas públicas, por exemplo. Essa prevalência acaba por restringir a formação e o potencial de atuação do bacharel em ciências sociais.

Palavras – chave: sociólogos; bacharel em ciências sociais; mercado de trabalho para cientistas sociais; projeto pedagógico de curso de ciências sociais.

ABSTRACT

This Master's thesis relates to the current debates regarding the undergraduated studies of sociologists in Brazil and their professional improvement for the labor market. Our study addressed the topics of the sociologist's profession, the labor market for sociologists, and the undergraduated education of sociologists in Brazil. This research was conducted through document analysis and survey. The literature review involved some significant authors in Brazilian Sociology and related fields. The document analysis is founded on the Pedagogical Projects of undergraduated courses of 43 Higher Education Institutions all over Brazil. Data indicates a certain predominance of undergraduated studies pattern that emphasizes more a professional improvement for academic or research career, than focuses areas outside university, such as public policies. This prevalence ends up limiting the potential professional roles of social science degree.

Keywords: sociologists; bachelor's degree in social sciences; labor market for social scientists; pedagogical project of social sciences degree.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Captura de um trecho de um Edital para um Concurso de Sociólogo para a Prefeitura de Santos (maio de 2023)	15
Figura 2	Captura do site Café com Sociologia, de uma matéria intitulada - Registro de sociólogo: como fazer junto ao Ministério do Trabalho	16
Figura 3	Captura de uma amostra do Relatório de consulta avançada gerado no portal eMEC (cursos de bacharel em Ciências Sociais)	27
Figura 4	Captura de uma amostra do Relatório de consulta avançada gerado no portal eMEC (cursos de bacharel em Sociologia ou Sociologia e Política)	28
Figura 5	Captura de um trecho do PPC UFRRJ com as palavras profissão e ofício destacadas	55
Figura 6	Captura de um trecho do PPC UFAM com a palavra sociólogo destacada	56

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Ano do PPC	51
Quadro 2	Características do Mercado de Trabalho	59
Quadro 3	Características da formação 1 (Perfil de formação)	62
Quadro 4	Características da formação 2 (Estágio profissional)	69

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPOCS	Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
CES	Câmara de Educação Superior
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPL	Confederação Nacional dos Profissionais Liberais
CPC(s)	Conceito(o) Preliminar(es) de Curso
EAD	Educação à distância
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
IES	Instituição(ões) de Ensino Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MAXQDA	Software para a Análise de Dados Qualitativos
MEC	Ministério da Educação
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
ONG(s)	Organização(ões) Não Governamental(is)
PPC(s)	Projeto(s) Pedagógico(s) de Curso
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SBS	Sociedade Brasileira de Sociologia
TCC(s)	Trabalho de Conclusão de Curso
UF(s)	Unidade(s) Federativa(s)

LISTA DE LINKS DAS IES PESQUISADAS

UFAC	http://www2.ufac.br/cfch/csociais
UFAL	https://ufal.br/estudante/graduacao/cursos/@@detalhe?id=2364
UFAM	https://departamento-de-ciencias-sociais.webnode.com/
UNIFAP	https://www2.unifap.br/csociais/
UNEB	https://encurtador.com.br/cpuDE
UFBA	https://ffch.ufba.br/
UNIVASF	https://cienciassociais.univasf.edu.br/
UFRB	https://encurtador.com.br/IAN58
UECE	http://www.uece.br/cursos/graduacao/
UVA	http://www.uvanet.br/
UFC	https://encurtador.com.br/aoxAU
URCA	http://www.urca.br/porta12/ciencias-sociais/
UNILAB	https://encurtador.com.br/BCHKN
UNB	http://ics.unb.br/
UFES	https://cienciassociais.ufes.br/
UFG	https://encurtador.com.br/jyN89
UFMA	https://encurtador.com.br/jKX47
UEMA	https://www.ccsa.uema.br/?page_id=239
UFV	https://encurtador.com.br/qsDE5
UFU	https://encurtador.com.br/drFKU
PUC MINAS	https://www.pucminas.br/ics/cienciassociais/Paginas/default.aspx
UNIMONTES	https://unimontes.br/curso/ciencias-sociais/
UFMG	https://www.fafich.ufmg.br/colcs/
UFJF	https://www.ufjf.br/graduacaocienciassociais/curso/organizacao-do-curso/
UNIFAL-MG	https://encurtador.com.br/fquK3
IFTM	https://iftm.edu.br/
UFMS	https://www.ufms.br/graduacao/?cursoId=3005
UEMS	https://encurtador.com.br/twEMN
UFGD	https://portal.ufgd.edu.br/cursos/ciencias_sociais/projeto-pedagogico
UFMT	https://encurtador.com.br/bvIP4
UFPA	https://novofcs.ufpa.br/index.php/auditoria
UFPB	https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/curso/ppp.jsf?lc=pt_BR&id=1626869
UFCG	https://encurtador.com.br/lwCZ2
UFPE	https://www.ufpe.br/ds/graduacao
UFRPE	https://www.ufrpe.br/br/content/bacharelado-em-ci%C3%A2ncias-sociais
UFPI	https://sigaa.ufpi.br/sigaa/public/curso/portal.jsf?id=74195&lc=pt_BR
UEL	http://www.uel.br/prograd/?content=pp/pp.html
UEM	https://encurtador.com.br/tQSZ9
UFPR	http://www.humanas.ufpr.br/portal/cienciassociais/
UNIOESTE	https://encurtador.com.br/nMUW1
PUC-RIO	https://encurtador.com.br/efhy4
UERJ	https://www.ics.uerj.br/site/index.php/institucional/legislacao.html
UFF	http://cienciassociais.sites.uff.br/?page_id=102
UFF	https://encurtador.com.br/mtINX

UFRRJ	https://encurtador.com.br/lovyE
UFRJ	https://ifcs.ufrj.br/
UENF	https://uenf.br/graduacao/ciencias-sociais/
UCAM	https://www.candidomendes.edu.br/graduacao/
ECS	https://cpdoc.fgv.br/graduacao/ciencias-sociais/documentos
UERN	https://encurtador.com.br/aftO5
UFRN	https://encurtador.com.br/qtIX4
UNIR	https://cienciassociais.unir.br/pagina/exibir/1863
UFRR	https://ufr.br/
PUCRS	https://www.pucrs.br/estudenapucrs/cursos/#graduacao
UFRGS	https://encurtador.com.br/adrI3
UFSM	https://encurtador.com.br/pEKP3
UFPEL	https://institucional.ufpel.edu.br/cursos/cod/3210
UNIPAMPA	https://encurtador.com.br/NU359
UFSC	https://cienciassociais.ufsc.br/
UFS	https://encurtador.com.br/ipGY1
UFSCAR	https://encurtador.com.br/fsGKY
PUC-CAMP	https://encurtador.com.br/tENPX
UNICAMP	https://www.ifch.unicamp.br/ifch/graduacao/cursos/ciencias-sociais
UNESP	https://encurtador.com.br/IIJ18
UNESP	https://www.marilia.unesp.br/#!/graduacao/cursos/ciencias-sociais/
ESP	https://www.fespsp.org.br/graduacao/cursos/sociologia-e-politica#
UNISA	https://www.unisa.br/graduacao/
PUCSP	https://www.pucsp.br/graduacao/ciencias-sociais#apresentacao
UNIFESP	https://encurtador.com.br/uKSU6
FIB	https://uniesp.edu.br/sites/boituva/cursos_bacharelado.php
UFT	https://encurtador.com.br/AK017

PRÓLOGO

Sou um professor com licenciatura em História, Ciências Sociais e Pedagogia. Leciono História, Sociologia, Filosofia e Geografia - tanto em escolas públicas, quanto em colégios privados. Ingressei recentemente no Programa de Ensino Integral e vivo dentro de uma escola pública 5 dias da semana, 9 horas por dia, com 1 hora de intervalos. Em alguns dias da semana, trabalho também em colégios particulares - nestes dias chego a ficar cerca de 14 horas fora de casa. Financeiramente falando, essa é uma das maneiras de um professor no Brasil aumentar sua renda mensal. Outra maneira é ingressar no nível superior de ensino, por isso também meu interesse no mestrado e em tudo que ele representa em uma formação acadêmica e profissional.

Esta dissertação documenta a tentativa de exercer esse duplo ofício de professor e pesquisador, ambos ao mesmo tempo, por isso infelizmente não consegui me dedicar exclusivamente à pesquisa - principalmente este ano - o que comprometeu em parte o desenvolvimento integral.

O motivo do interesse no mestrado está posto. Talvez reste justificar como é que uma pessoa como esta, com esta formação e carreira, resolveu estudar a respeito da formação de sociólogos no Brasil?

Passo a sintetizar minha trajetória até as Ciências Sociais, a fim de esclarecer os objetivos esperados com este trabalho.

Terminei a licenciatura em História no ano de 2007, deixei a UNESP e a cidade de Assis para trás, retornando para a minha cidade com um diploma na mão e muita vontade de trabalhar. Devido a todas as dificuldades de alguém em início de carreira, comecei só em agosto de 2008.

O começo foi muito difícil e nos primeiros 5 anos pensei várias vezes em desistir. Foi quando em 2013, resolvi fazer a licenciatura em Ciências Sociais para poder lecionar também a disciplina de Sociologia, pois em minha cidade havia uma carência muito grande de professor nesta área naquela época, consequência da Lei nº 11.684 de junho de 2008 que novamente incorporou as disciplinas de filosofia e sociologia ao currículo do ensino médio. Fiz esta licenciatura no modelo EAD e ao desenvolver meus estudos acadêmicos neste curso, me apaixonei pela Sociologia, já que ela mudou a minha vida.

Comecei a dar mais aulas, às vezes todas de Sociologia, e segui feliz e acomodado por um bom tempo.

Em um momento de maior desafio, senti a necessidade de estudar mais esta área pela qual havia me apaixonado. Meu irmão mais velho, professor universitário, sugeriu o mestrado me apresentando a possibilidade de fazer aulas como aluno especial.

Então em 2018 comecei a disciplina *Pensamento social e sociologia no Brasil: temas e teorias* com o professor Angelo Del Vecchio. Foi neste momento que o meu interesse pelo tema foi surgindo. Via nos meus colegas, nos debates das aulas, um sentimento de carência em relação à instrumentação teórico-metodológica e prática sobre a sua ciência. E uma incerteza em relação ao seu ingresso no mercado de trabalho, já que o meio acadêmico nos parecia muito restrito, não parecendo ser capaz de absorver todos ao mesmo tempo.

Comecei a desenvolver meu Projeto de Pesquisa - na época com o título: O processo de formação do cientista social no Brasil - e me aprofundar mais neste tema, com muito estudo e pesquisa.

Neste mesmo momento também, decidi que iria tentar o ingresso no programa. E depois de algumas tentativas frustradas, consegui ingressar em 2021 e cá estou eu defendendo a minha dissertação, sob orientação da Profa. Dra. Carla Gandini Giani Martelli, depois de passarmos por todos os desafios de uma pandemia e mesmo com uma rotina intensa de sala de aula e magistério na educação básica.

Agradeço desde já a todo o Programa de Pós-Graduação em Ciências, a todos os responsáveis pelo pleno funcionamento de tudo isso. Serei eternamente grato por toda a trajetória de aprendizado e crescimento pessoal e profissional que tive a oportunidade de desfrutar nestes 5 anos de contato com uma instituição tão importante como a UNESP. Viva a Universidade Pública!!!

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 Justificativa	14
1.2 Hipótese	20
1.3 Objetivos	21
1.3.1 Objetivo geral	21
1.3.2 Objetivos específicos	21
1.4 Metodologia e técnica	21
2 DESENVOLVIMENTO	29
2.1 O ofício de sociólogo	29
2.2 O mercado de trabalho para sociólogo	40
2.3 O padrão de formação do sociólogo no Brasil	50
2.3.1 As características do ofício	54
2.3.2 As características do mercado de trabalho	58
2.3.3 As características da formação	62
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS	74
EPÍLOGO	76
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	77
APÊNDICES	80
APÊNDICE A - Quadro com lista de IES, siglas, informações e referências de citação	81

1 INTRODUÇÃO

1.1 Justificativa

Esta dissertação é pré-requisito para a conclusão do curso de mestrado acadêmico no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP).

A pesquisa desenvolvida teve como foco o ofício do “sociólogo”¹ no Brasil - no atual momento histórico - desde seus processos de institucionalização, passando pelo desenvolvimento de uma formação acadêmica e chegando ao seu aprimoramento profissional e ao mercado de trabalho. Centrou-se em nosso país, mas sem deixar de olhar para outros lugares do mundo, em outros momentos históricos, procurando manter uma reflexão constante acerca de tudo o que representa ser sociólogo neste país, neste momento histórico atual.

Escolhemos falar de sociólogos, pois há no Brasil uma lei² - desde 1980 - que garante o exercício da profissão deste ofício apenas aos egressos dos cursos de bacharel em Ciências Sociais, Sociologia e/ou Sociologia e Política, como fica evidente no seu artigo primeiro:

Art. 1º O exercício, no País, da profissão de Sociólogo, observadas as condições de habilitação e as demais exigências legais, é assegurado: a) aos bacharéis em Sociologia, Sociologia e Política ou Ciências Sociais, diplomados por estabelecimentos de ensino superior, oficiais ou reconhecidos; b) aos diplomados em curso similar no exterior, após a revalidação do diploma, de acordo com a legislação em vigor; c) aos licenciados em Sociologia, Sociologia Política ou Ciências Sociais, com licenciatura plena, realizada até a data da publicação desta Lei, em estabelecimentos de ensino superior, oficiais ou reconhecidos; d) aos mestres ou doutores em Sociologia, Sociologia Política ou Ciências Sociais, diplomados até a data da publicação desta Lei, por estabelecimentos de pós-graduação, oficiais ou reconhecidos; e) aos que, embora não diplomados nos termos das alíneas a, b, c e d, venham exercendo efetivamente, há mais de 5 (cinco) anos, atividade de Sociólogo, até a data da publicação desta Lei. (BRASIL, 1980)

É curioso notar que até um indivíduo licenciado em Ciências Sociais, por exemplo, e que posteriormente faça o mestrado e/ou até o doutorado nesta mesma área - pois a formação no curso de licenciatura o habilitaria para tal -, esse mesmo indivíduo não poderia exercer o ofício de sociólogo - ao menos não legalmente falando - em algum cargo que porventura

¹ Seria importante apresentar uma questão relevante no sentido léxico: todas as vezes que a palavra sociólogo aparecer aqui, que se considere também as sociólogas, socióloges, sociólogos, enfim, qualquer indivíduo que tenha a formação necessária para o tal.

² Lei nº 6.888 de 10 de dezembro de 1980 (Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/16888.htm. Acesso em 21/09/2022)

apareça, em um concurso público por exemplo, pois para isso precisa ter a formação em bacharel - creio que vale ressaltar que sempre que citarmos a formação em bacharel neste trabalho, estaremos nos referindo ao bacharel em ao menos um daqueles três cursos já citados logo acima, que são definidos por lei (também já citada)³ - para conseguir o Registro Profissional, como nos mostra também a mesma lei:

Art. 6º O exercício da profissão de Sociólogo requer prévio registro no órgão competente do Ministério do Trabalho, e se fará mediante a apresentação de: I - documento comprobatório de conclusão dos cursos previstos nas alíneas a, b, c e d do art.1º, ou a comprovação de que vem exercendo a profissão, na forma da alínea e do art. 1º; II - carteira profissional. (BRASIL, 1980)

Em seguida, reproduzimos uma captura de tela de um edital para concurso público da Prefeitura de Santos com uma vaga para sociólogo. Apenas para mostrar a necessidade, muitas vezes, da comprovação do Registro Profissional para assumir certos cargos.

FIGURA 1 - Captura de um Edital para um Concurso de Sociólogo para a Prefeitura de Santos

328	SOCIÓLOGO	01	-	-	Diploma ou Certificado de Conclusão do Ensino Superior em Ciências Sociais e Registro Profissional.	R\$ 4.482,32 + R\$ 792,00 (aux. alimentação) = R\$ 5.274,32 (equivalente ao nível P) 40 horas semanais.
-----	-----------	----	---	---	---	--

(Fonte: disponível em <https://www.institutomais.org.br/Concursos/Detalhe/465>. Acesso em mai. 2023)

É importante esclarecer que o Artigo 1º, exposto mais acima, deixa explícitas algumas exceções: nas suas alíneas *c* e *d*, caso a licenciatura e/ou o mestrado e/ou o doutorado tivessem sido concluídos até a data de publicação da mesma lei, ou seja, até o ano de 1980; já na alínea *e* trata de uma exceção para todos aqueles que estivessem exercendo já a profissão de Sociólogo - mesmo que não fossem formados para tal - ao menos por cinco anos comprovadamente, antes da data desta lei - ou seja, que estivessem trabalhando ao menos desde 1975 e que pudessem comprovar este vínculo empregatício.

Este último caso da alínea *e* não nos interessa, pois tratamos também da formação acadêmica em bacharel, e este indivíduo não a tem, apenas experiência profissional. Pelos

³ Vale também ressaltar que desconsideramos as formações específicas para Antropólogo e Cientista Político, pois há apenas regulamentação profissional legal para registro de sociólogo. Desconhecemos o registro para cientista político ou antropólogo - embora estejam descritos na CBO, não há lei que regulamente seus exercícios profissionais ainda.

casos expostos nas alíneas *c* e *d*, desconsideramos aqui a análise dos cursos de licenciatura e de Pós-Graduação, pois a preocupação é com o ingresso no mercado profissional como Sociólogo, a formação para o tal e o Registro Profissional (Artigo 6º), que segundo a lei, só é possível com o curso de bacharel.

Apresentamos também outra captura - de um site muito popular entre os sociólogos ingressantes - para mostrar o que é necessário para conseguir o Registro Profissional.

FIGURA 2 - Captura do site Café com Sociologia, de uma matéria intitulada: Registro de sociólogo: como fazer junto ao Ministério do Trabalho

I) Semi presencial

1) Você deverá fazer uma autenticação no site do Ministério do Trabalho e emprego [por meio deste link](#) (acesse aqui):

Digite seus dados pessoais para que o sistema reconheça quem é você:

2) Agora que você acessou seu cadastro está disponível a tela "solicitação de registro profissional", atualize seus dados e clique na opção "prosseguir".

3) Selecione a opção a categoria "Sociólogo" e a função também "sociólogo". Em seguida selecione a opção "Incluir" para cadastrar o nome da instituição, o nome do curso tal qual está escrito no diploma/certificado de conclusão do curso. Você deve ter o CNPJ da instituição para que o sistema reconheça a IES na qual você se formou.

A imagem mostra a interface de usuário do sistema de solicitação de registro profissional. O formulário é intitulado "SOLICITAÇÃO DE REGISTRO PROFISSIONAL" e contém os seguintes elementos:

- Dados do Registro:**
 - Categoria: "Sociólogo" (menu suspenso)
 - Função: "Sociólogo" (menu suspenso)
 - Documento de Capacitação: "Selecione" (menu suspenso) com opções: "Certificado de conclusão de curso superior (devidamente assinado)", "Diploma de curso superior (devidamente assinado)" (destacado em azul), e "Instituição / Empresa".
- Botão "Incluir" para salvar os dados.
- Botões "Anterior" e "Transmitir" para navegação.
- Nota vermelha: "Ao clicar em transmitir, o sistema apresentará as telas que deverão ser impressas e entregues na Superintendência ou Gerência Regional do Trabalho, responsável pela análise da solicitação."

4) Agora, você deve clicar em transmitir para formalizar o seu pedido. Seu processo constará no sistema e você deve se dirigir a uma Delegacia Regional do Trabalho para entrega dos originais e cópias dos documentos abaixo:

- Duas cópias do requerimento devidamente preenchidas (acesse aqui)
- Cópia e original da cédula de identidade
- Cópia e original do CPF
- Cópia e original da Carteira da Trabalho (CTPS)
- Cópia e original do comprovante de residência atualizado
- Cópia e original do diploma de Bacharel em Ciências sociais ou Bacharel em Sociologia

Entregue no setor de registro profissional da Delegacia Regional do Trabalho.

A seleção do documento Certificado de conclusão de curso superior (devidamente assinado) conduzirá a concessão do registro profissional provisório e deverá ser apresentado o diploma no prazo de 1 ano a contar da data da concessão. Caso não o diploma não seja apresentado no prazo estipulado, o registro profissional será cancelado até que a pendência seja sanada.

(Fonte: disponível em <https://cafecomsociologia.com/como-fazer-seu-registro-profissional-de-sociologo-mte-drt-ministerio-trabalho/>. Acesso em abr. de 2023)

Dentre os requisitos: a necessidade da apresentação do certificado de conclusão de curso ou diploma de bacharel.

Fizemos o teste e realmente é necessário a apresentação do documento em qualquer Delegacia Regional do Trabalho. Mas isso não vem ao caso, nosso interesse é apenas justificar a escolha pela formação em bacharel, entre apenas três modalidades específicas, dentro de uma ciência tão vasta, como as sociais. A própria legislação vigente determina essa escolha, por isso pensamos exclusivamente nesta formação.

Poderíamos até pensar em incluir na pesquisa os cursos de licenciatura, já que existem essas exceções. Mas convenhamos, que se este fosse o caso, teríamos que recorrer a documentos muito antigos, que em geral estariam totalmente defasados ou até seriam incapazes de ser encontrados, visto a natureza dos documentos analisados nesta dissertação e o momento da Pandemia pelo que passamos na fase de coleta de dados.

Ressaltamos isto pois, os documentos escolhidos para a análise foram os Projetos Pedagógicos de Curso [PPCs] de algumas universidades selecionadas - cuja seleção trataremos logo abaixo ao expormos nossa metodologia e técnica.

O Projeto Pedagógico de Curso [PPC] é um documento da instituição, elaborado coletivamente, que lança perspectivas de ações em uma gestão democrática. É o documento mais importante para mostrar os objetivos de um dado Curso, o perfil do egresso que se almeja formar e as justificativas para o desenho da organização ou da grade curricular, entre outros apontamentos importantes. Os PPCs registram, além de objetivos e estruturas curriculares, a divisão de cargas horárias das disciplinas, a necessidade ou não de estágios supervisionados etc.

Ao analisar estes documentos, poderemos checar em que medida o que está posto como objetivo pode ser concretizado por meio do desenho da organização curricular, por meio da carga horária proposta para as disciplinas oferecidas, por meio do delineamento de um mercado de trabalho a ser atingido, das características da profissão e formação, entre outras informações importantes para podermos aferir o que as Instituições de Ensino Superior [IES] têm a dizer sobre o que representa ser sociólogo no Brasil, sua formação e preparação para o mercado de trabalho.

Estamos preocupados também com a formação, pois aquela mesma lei, que deu prevalência ao bacharelado, define as atividades que são de competência do sociólogo no Brasil, a saber:

I - elaborar, supervisionar, orientar, coordenar, planejar, programar, implantar, controlar, dirigir, executar, analisar ou avaliar estudos, trabalhos, pesquisas, planos, programas e projetos atinentes à realidade social; II - ensinar Sociologia Geral ou Especial, nos estabelecimentos de ensino, desde que cumpridas as exigências legais; III - assessorar e prestar consultoria a empresas, órgãos da administração pública direta ou indireta, entidades e associações, relativamente à realidade social; IV - participar da elaboração, supervisão, orientação, coordenação, planejamento, programação, implantação, direção, controle, execução, análise ou avaliação de qualquer estudo, trabalho, pesquisa, plano, programa ou projeto global, regional ou setorial, atinente à realidade social. (BRASIL, 1980)

A lei, portanto, define também inúmeras possibilidades de atuação para os sociólogos. Todavia uma formação mais voltada para uma carreira específica entre essas, ou seja, para a carreira acadêmica, poderia estar dificultando o ingresso destes profissionais em um mercado de trabalho existente, mas não completamente reservado e disputado, por vezes, com profissionais oriundos de outras áreas de formação, administradores, por exemplo, como fica evidente no trecho abaixo:

O currículo de Ciências Sociais é muito teórico, voltado para a academia, por isso acho que perdemos muito espaço para os administradores. As questões de realizações de pesquisa de mercado, consultoria, tudo isso o sociólogo é capaz de fazer e perdeu espaço para os administradores...de alguma forma houve o distanciamento dos sociólogos da parte prática da profissão...nosso currículo não é voltado para o mercado...então fica aquela lacuna...faltam matérias relacionadas a políticas públicas, essa área é essencial para o sociólogo estar atuando nas prefeituras. (GONDIM, 2002, p. 304-305)

Este é um trecho de uma entrevista, feita com um aluno de ciências sociais em fase de conclusão de curso, presente em um artigo que apresenta uma pesquisa qualitativa que utilizou a técnica dos grupos focais com o objetivo de investigar as expectativas de inserção futura no mercado de trabalho de estudantes universitários diversos (GONDIM, 2002).

Apesar de ser um relato isolado, ele pode ser um primeiro indício, a ser confirmado por nosso estudo, do padrão de formação em Ciências Sociais no Brasil que parece evidenciar carências na preparação integral do sociólogo para uma gama tão vasta de possibilidades num amplo mercado de atuação profissional. Esse pareceu um apontamento bastante preocupante, porém que foi feito bem no início deste século, de forma que resolvemos investigar se essa seria uma situação que ainda é recorrente na formação destes profissionais brasileiros.

É importante deixar claro que o que se planeja fazer aqui, não tem em vista qualquer ataque à carreira de professor universitário, tampouco a programas de pós-graduação.

Também não é o objetivo menosprezar a carreira de professor da Educação Básica nas disciplinas de Sociologia, Filosofia, História e/ou Geografia que compõem uma área importante e predominante de atuação profissional, na qual, inclusive, estou vinculado desde que me formei. O que pretendemos é investigar se a formação de bacharel em Ciências Sociais contempla, além da carreira como professor e pesquisador, outras atuações no mercado de trabalho.

Assim, os objetos de estudo são os cursos de graduação - no nível do bacharelado - e a formação oferecida aos futuros sociólogos brasileiros que parece estar identificada com e atrelada principalmente a uma carreira acadêmica, algo que, como mostraremos, está representado na própria organização dos cursos de graduação que podem formar profissionais para este ofício.

Por isso, novamente ressaltamos que a análise das IES que oferecem exclusivamente o curso de licenciatura em Ciências Sociais, Sociologia e/ou Sociologia e Política foram descartadas nesta pesquisa. Acho que cabe finalmente ressaltar que desconsideramos da nossa seleção apenas as IES que oferecem exclusivamente o curso em licenciatura, nos casos das IES que oferecem os dois módulos concomitantemente, estas instituições foram sim consideradas nesta pesquisa.

Voltando para o exemplo citado mais acima (aquele Concurso Público - Foto 1), é claro que um administrador não representaria uma ameaça a um sociólogo, pois seria necessária a apresentação do Registro Profissional - conforme já exposto, para se concorrer à vaga de sociólogo, o que bloquearia o acesso a outras carreiras.

Mas existe uma vasta gama de oportunidades nas quais indivíduos com esta formação poderiam representar uma ameaça aos sociólogos. Já que um administrador, só para termos um contraponto diante do exemplo citado, seria capaz - de acordo com a Classificação brasileira de Ocupações [CBO]⁴ - de planejar, organizar, controlar e assessorar as organizações nas áreas de recursos humanos, patrimônio, materiais, informações, financeira, tecnológica, entre outras; implementar programas e projetos; elaborar planejamento organizacional; promover estudos de racionalização e controlar o desempenho organizacional. Prestar consultoria administrativa a organizações e pessoas.

Segundo Lejeune Mirhan - autor responsável por uma densa obra que aborda atuação de sociólogos no Brasil intitulada *O mercado de trabalho e a profissionalização do sociólogo*

⁴ A Classificação Brasileira de Ocupações - CBO: é o documento normalizador do reconhecimento, da nomeação e da codificação dos títulos e conteúdos das ocupações do mercado de trabalho brasileiro. É ao mesmo tempo uma classificação enumerativa e uma classificação descritiva.

e publicada no ano de 2015 - existem 18 áreas em que podemos identificar a inserção profissional dessa categoria neste país.

Ele as dividiu em três categorias entre as quais: 1- uma “área reservada e com mercado de trabalho bem aquecido”; 2- “área não exclusiva e mercado relativamente aquecido”; e 3- “áreas de trabalho em disputa com outras profissões e mercado pouco aquecido e desenvolvido”. A primeira área trata da docência; da pesquisa acadêmica, governamental ou empresarial; da pesquisa de opinião e de mercado; e do assessoramento sindical. A segunda área trata da análise do meio ambiente; do planejamento; da atuação na reforma agrária; no marketing político; e no trabalho com lazer, recreação e turismo. Por fim, a terceira trata das relações internacionais; da assistência em: setores de saúde; jurídicos e carcerários; legislativos; de recursos humanos; de editoração; de comunicação; de cultura; e de assistência social (MIRHAN, 2015).

Desta forma, existem setores onde não há um mercado reservado aos sociólogos, onde estes estão em constante concorrência com indivíduos de outras formações, como o exemplo citado dos administradores.

Finalmente gostaríamos de mencionar que as conclusões da pesquisa tratam de analisar o nosso presente, mas é claro que sempre há também uma perspectiva de refletirmos sobre o futuro, pois acreditamos que se há uma lei que garante ao sociólogo uma área específica de atuação, se há um mercado de trabalho como mostraremos adiante, precisamos olhar para a formação destes profissionais, para que possamos refletir sobre o lugar deste ofício diante de um panorama cada vez mais diversificado e que pode oferecer espaço de atuação fora do âmbito acadêmico.

1.2 Hipótese

A nossa hipótese é de que há predominância de um padrão de formação de sociólogos, que prestigia uma preparação direcionada ao exercício de uma carreira de pesquisa científica acadêmica e/ou o exercício da docência, em detrimento das oportunidades de trabalho em outras áreas, como nas políticas públicas, em pesquisas de mercado, em empresas, em atividades variadas do setor público, ONGs etc.

Como mostraremos esta situação está ligada a alguns fatores como o próprio processo de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil, que por sua vez ocasiona o desenvolvimento da legislação vigente, o que acaba por gerar grandes incertezas nas características do ofício, inúmeras dúvidas a respeito do mercado de trabalho, contribuindo por fim para o surgimento de lacunas que dificultam uma formação mais integral do Bacharel.

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo geral

Analisar o ofício do sociólogo no Brasil, a partir dos PPCs dos cursos de bacharelado em Ciências Sociais, estabelecendo relações entre o perfil profissional proposto e as demandas e possibilidades do mercado de trabalho.

1.3.2 Objetivos específicos

Caracterizar o processo de institucionalização do curso de graduação em Ciências Sociais, buscando, a partir da literatura especializada, compreender as características do perfil profissional formado e a absorção dos egressos pelo mercado de trabalho previsto pela legislação que regulariza a profissão.

Analisar os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) dos cursos de Graduação em Ciências Sociais em 43 instituições brasileiras, públicas e privadas, a fim de compreender o que estes documentos apontam a respeito da definição do ofício/profissão de sociólogo; das características da formação oferecida aos futuros profissionais, assim como do mercado de trabalho.

1.4 Metodologia e técnica

Segundo Auguste Comte, o método “não é suscetível de ser estudado separadamente das investigações em que se emprega” (COMTE, 1988, p. 15). Pois “o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo - conhecimentos válidos e verdadeiros -, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista”. (LAKATOS; MARCONI, 2007, p. 83)

Estas citações nos serviram como base, pois em vários momentos tivemos de rever nossos métodos, diante de constantes novas necessidades e/ou desafios que se colocavam frente ao estudo desenvolvido.

Em termos metodológicos, esta pesquisa se serviu de três caminhos: 1- breve análise do processo de institucionalização das Ciências Sociais, na Europa e no mundo (Brasil, principalmente), e das características que passaram a definir este ofício, tratando das possíveis atuações de um sociólogo desde os primórdios até os dias atuais; 2- investigação a respeito do mercado de trabalho para Sociólogos no Brasil atual, o que diz a legislação vigente e a academia sobre as possibilidades de espaços para atuação destes profissionais e a absorção do mercado em relação aos inúmeros egressos que anualmente se formam nas IES brasileiras; 3-

levantamento e análise dos PPCs de algumas IES, que compõem a amostra desta dissertação, para saber o que esses documentos assinalam sobre as características da profissão de sociólogo; o mercado de trabalho para os egressos; e, fundamentalmente, sobre a proposta de formação destes profissionais.

Desta forma, ainda em termos metodológicos, esta pesquisa se serviu da revisão bibliográfica, da análise documental e de uma pesquisa descritiva, de caráter documental, dos PPCs selecionados.

Resolvemos usar a internet para as buscas, pois esta pesquisa se iniciou em meio à Pandemia da Covid-19 e mantivemos este plano de desenvolver uma pesquisa cuja recolha de dados fosse 100% remota até o final. No plano inicial, foi relevante para escolha do corpus a consideração de documentos que deveriam ser públicos, e nos causou certa perplexidade termos por vezes alguma dificuldade em encontrá-los. Também acreditamos que esta Pandemia nos ensinou que é possível trabalhar por meio da tecnologia, podendo acessar uma “biblioteca mundial” do nosso computador, bastando saber procurar. Além disso, também temos o conforto de comprar livros pela internet e recebê-los na porta de casa, basta um pouco de investimento.

Assim, a pesquisa se iniciou com a revisão bibliográfica - nas duas primeiras frentes - ou a revisão da literatura: que é o processo de busca, análise e descrição de um corpo do conhecimento à procura de resposta para perguntas específicas.

Esta parte da pesquisa envolveu um levantamento bibliográfico de importantes autores para a Sociologia brasileira e o seu tratamento a fim de: analisar, debater e fundamentar a discussão de todas as questões pertinentes à pesquisa.

Em suma, o foco deste levantamento e análise esteve na história do desenvolvimento das Ciências Sociais⁵ e no seu deslocamento da Europa para o Brasil (passando por outros locais do mundo) e de seus processos de institucionalização como área do saber autônoma.

A institucionalização é um processo amplo de mudança cultural, que envolve, dentre outras coisas: a criação de novas práticas organizacionais e de ideias; a consolidação de novas áreas do conhecimento; a construção de associações científicas e profissionais; a disputa pela validação de novos entendimentos, incremento das necessidades de uma nova atuação

⁵ Cabe ressaltar que a nossa preocupação está mais voltada para o processo de institucionalização da Sociologia, já que é essa área específica das Ciências Sociais que vai oportunizar o desenvolvimento da profissão sociólogo - foco desta pesquisa. No entanto, falamos de Ciências Sociais, pois no Brasil a formação em bacharel nesta grande área possibilita uma possível atuação como sociólogo. Além do mais, podemos dizer que quase todos os cursos que formam sociólogos no país, formam em cursos de bacharel em Ciências Sociais e não especificamente de Sociologia e/ou Sociologia e Política, sendo estes uma pequena exceção - conforme mostraremos adiante.

profissional; e que claro também envolve a formação e a profissionalização de indivíduos que se dedicam a esta área de conhecimento e a sua relação com o mercado de trabalho, entre outras coisas.

Além deste levantamento e tratamento bibliográfico, também desenvolvemos uma análise documental.

Segundo Tremblay, esse é um processo que permite “operar um corte longitudinal que favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas etc., bem como sua gênese até nossos dias” (*apud* CELLARD, 2008, p. 295).

O documento analisado nesta parte da pesquisa foi a lei 6.888/1980 já citada acima, que dispõe sobre o exercício da profissão de Sociólogo. Diante desta lei, atentou-se aos vários requisitos que toda análise documental exige, especialmente: o contexto histórico do documento; apresentação do autor; autenticidade e a confiabilidade do documento; a natureza do texto; e por fim, os conceitos-chave e a lógica interna do texto (CELLARD, 2008).

A escolha e o estudo deste documento, a partir desses parâmetros acima, foram importantes para projetar a organização e estrutura desta dissertação a partir de uma identificação de um problema de pesquisa: as possíveis atuações do bacharel em Ciências Sociais (sociólogo) têm respaldo na sua formação?

Esse processo foi importante para fornecer subsídios à compreensão dos desenvolvimentos legais que, por consequência, influenciaram o desenvolvimento das estruturas de ensino nos cursos de formação de sociólogos brasileiros e a definição das características de um novo ofício que surgiu e de seu mercado de trabalho, levando-nos à formulação da última frente da presente dissertação, na qual desenvolvemos uma pesquisa descritiva, de caráter documental, sobre os PPCs de cursos de Ciências Sociais que pudessem subsidiar o contraste entre o estatuto profissional e a realidade de formação.

De acordo com Marçal *et al* (2014), este tipo de enfoque metodológico “tem o propósito de levantar características de uma população ou permitir a análise por meio de documentos, que constituem fonte rica e estável de dados, proporcionando melhor visão sobre determinado problema ou assunto” (MARÇAL *et al*, 2014, p. 119 *apud* GIL, 2007).

A exemplo do mesmo trabalho, procuramos desenvolver algumas matrizes de análise considerando alguns elementos dos textos institucionais, nesse sentido servimo-nos, como base para a construção e delimitação de nosso *corpus*, Galego e Silva (2019).

Entendemos, a partir dessas leituras, que esta parte da pesquisa também envolveu o método indutivo, pois partimos da análise de casos específicos em busca da elaboração de algumas conclusões mais gerais.

Nesta última frente da pesquisa, também fizemos uso da análise de conteúdo, que segundo, Sampaio e Lycaríão (2021)

é uma técnica de pesquisa científica baseada em procedimentos sistemáticos, intersubjetivamente validados e públicos para criar inferências válidas sobre determinados conteúdos verbais, visuais ou escritos, buscando descrever, quantificar ou interpretar certo fenômeno em termos de seus significados, intenções, consequências ou contextos. (SAMPAIO e LYCARIÃO, 2021, p. 6)

Baseamos este estudo no desenvolvimento das três etapas definidas por Bardin (1977) e que segundo Oliveira “podem ser especificadas como: pré-análise; exploração do material ou codificação; tratamento dos resultados, inferência e interpretação” (OLIVEIRA, 2008, p. 571).

Segundo a mesma autora (2008), essas etapas podem ser especificadas como:

Primeira Etapa: pré-análise - Nesta etapa são desenvolvidas as operações preparatórias para a análise propriamente dita. Consiste num processo de escolha dos documentos ou definição do corpus de análise; formulação das hipóteses e dos objetivos da análise; elaboração dos indicadores que fundamentam a interpretação final.

Segunda Etapa: exploração do material ou codificação - Consiste no processo através do qual os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exata das características pertinentes ao conteúdo expresso no texto.

Terceira Etapa: tratamento dos resultados inferência e interpretação - Busca-se, nesta etapa, colocar em relevo as informações fornecidas pela análise, através de quantificação simples (frequência) ou mais complexas como a análise fatorial, permitindo apresentar os dados em diagramas, figuras, modelos etc. (Bardin, 1977 *apud* Oliveira, 2008, p. 572)

A análise dos PPCs visou mostrar como as IES concebem três aspectos específicos: a) as características do ofício: neste ponto buscamos o que se explicita a respeito da relação entre o ofício e a teoria, a prática e/ou a aplicação; b) as características do mercado de trabalho: neste outro ponto buscamos o que se explicita a respeito do mercado de trabalho ser considerado consolidado, em disputa ou escasso; c) as características da formação: neste último ponto buscamos o que se explicita a respeito da possibilidade de desenvolvimento

teórico e prático ao longo do curso e a obrigatoriedade ou não do estágio e como este se apresenta ao estudante.

Assim, para identificar esses entendimentos que estão colocados nos documentos analisados, utilizamos uma abordagem qualitativa a partir da análise de conteúdo, com codificação aberta com a ajuda do software MAXQDA. Cabe destacar que o processo de codificação por este aplicativo é feito pelo próprio pesquisador, que pode criar e organizar as categorias como desejar e, de maneira geral, o software permite que as informações importantes sejam destacadas com cores e símbolos.

Depois disso foram elaborados painéis de visualização, nos quais os dados das matrizes foram inseridos a fim de agrupar os termos encontrados, possibilitando uma análise mais criteriosa do seu conteúdo. Nosso intuito foi identificar, por meio da análise qualitativa de conteúdo com suporte computacional, os principais aspectos que caracterizam os cursos de formação já especificados.

Iniciamos esta fase com o levantamento de IES que ofereciam os cursos de bacharelado em Ciências Sociais, Sociologia e/ou Sociologia e Política, conforme já justificamos.

Para facilitar o processo de mapeamento de universidades brasileiras que ofereciam ao menos um destes três cursos já citados, resolvemos usar como base para a busca, um documento do Ministério da Educação [MEC] de 2017 que apresentava o Conceito Preliminar de Curso [CPC] de diversas instituições nacionais.

Embora os conceitos (notas) atribuídas na avaliação não sejam relevantes para a proposta de análise desta dissertação, essa lista foi escolhida, pois foi a última vez que esse tipo de avaliação contou com a participação das universidades e faculdades que ofereciam cursos de bacharelado, que segundo a lei, poderiam formar sociólogos no Brasil. Serve, portanto, de mapa atualizado de oferecimento desses cursos algo que julgamos importante como critério de refinamento dos dados.

Na verdade, é importante esclarecer que o foco da nossa análise acabou sendo as universidades e faculdades que ofereciam cursos de bacharel em Ciências Sociais (o motivo foi o sistema que usamos para encontrar e selecionar as IES analisadas).

O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes [ENADE] de 2017, não contou com a participação de universidades que ofereciam o bacharelado em Sociologia, mas contou com a participação de uma IES que oferecia o curso de Sociologia e Política. Em uma única exceção, que foi a Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), que na verdade oferece um curso de bacharel em Sociologia e Política, que inclusive é o primeiro curso de

Ciências Sociais brasileiro. Com mais algumas situações atípicas, que não chegam a ser exceções, como no caso da Universidade Federal Fluminense (UFF), que oferece tanto o curso de bacharel para Ciências Sociais, quanto para Sociologia. E de outras universidades, como a Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR) ou a Universidade Federal do Paraná (UFPR), por exemplo, nas quais o aluno cursa um perfil comum às três áreas (Sociologia, Antropologia e Ciências Políticas) e um perfil específico quando há um momento no curso em que o aluno começa a priorizar uma das três áreas a partir de um determinado semestre, por livre escolha.

Considerando todos esses cursos de bacharel em Ciências Sociais e Sociologia e Política que realizaram o ENADE 2017, encontramos 78 IES listadas neste documento. Filtramos este resultado, pois algumas vezes certas instituições apareciam repetidamente nesta lista, isso ocorreu pelo fato de a universidade oferecer a modalidade de bacharelado em períodos diferentes.

Nestes casos consideramos apenas um documento para a análise, priorizando os cursos com maior conceito (este foi o único caso em que consideramos os CPCs dos cursos) e em seguida, os cursos no período diurno - em vez daqueles em período integral ou noturno. Importante deixar claro também que nos casos em que o curso era oferecido pela mesma instituição, mas em cidades/campus diferentes, não as descartamos como nos casos explicitados logo acima, restando assim 70 IES para a análise.

Além disto, 3 destas IES deixaram de oferecer a formação de bacharel e outras 4, aparentemente tiveram seus cursos extintos, deixaram de oferecer a formação em Ciências Sociais, tanto em licenciatura quanto em bacharelado - pois não foram encontradas nas buscas pela rede -, restando, portanto, finalmente 63 IES para a análise. É importante ressaltar também que não consideramos as IES que oferecem formação apenas no modelo EAD.

Ao todo foram 64 IES selecionadas para o levantamento documental, pois acrescentamos nesta análise uma universidade do Estado de Tocantins - nesta situação específica, pesquisamos uma instituição que não estava presente na lista inicial -, para que tivéssemos representações institucionais de todas as Unidades Federativas [UFs] brasileiras, de modo a evitar um possível desvio regional do eixo no qual se concentram grande parte das instituições de ensino e pesquisa (Sul-Sudeste). Estas IES consideradas são indistintamente tanto públicas (municipais, estaduais e federais) quanto privadas.

Não acreditamos que usar uma busca de 2017 desatualize a pesquisa em questão. Quando fazemos uma procura no Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação

Superior - ou Cadastro e-MEC⁶ - por cursos de bacharel em Ciências Sociais, encontramos 116 IES. Considerando apenas as que estão em atividade - desconsiderando as IES em que estes cursos foram extintos ou aquelas em que estão em processo de extinção - este número cai para 86. A maioria delas participou deste último ENADE usado como base para a nossa seleção.

Abaixo apresentamos uma captura de um Relatório de consulta avançada gerado no portal eMEC com o resultado da pesquisa sobre IES que oferecem o curso de bacharel em Ciências Sociais.

FIGURA 3 - Captura de uma amostra do Relatório de consulta avançada gerado no portal eMEC

Ministério da Educação - Sistema e-MEC

Relatório da Consulta Avançada

Resultado da Consulta Por : Curso

Relatório Processado : 24/05/2023 - 10:33:32 Total de Registro(s) : 116

Código IES	Instituição(IES)	Sigla	Nome do Curso	Grau	Modalidade	Situação
1	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	UFMT	CIÊNCIAS SOCIAIS	Bacharelado	Presencial	Em Atividade
2	UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	UNB	CIÊNCIAS SOCIAIS	Bacharelado	Presencial	Em Atividade
3	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	UFS	CIÊNCIAS SOCIAIS	Bacharelado	Presencial	Em Atividade
4	UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	UFAM	CIÊNCIAS SOCIAIS	Bacharelado	Presencial	Em Atividade
5	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ	UFPI	CIÊNCIAS SOCIAIS	Bacharelado	Presencial	Em Atividade
7	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	UFSCAR	CIÊNCIAS SOCIAIS	Bacharelado	Presencial	Em Atividade
8	UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	UFV	CIÊNCIAS SOCIAIS	Bacharelado	Presencial	Em Atividade
9	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	UEL	CIÊNCIAS SOCIAIS	Bacharelado	Presencial	Em Atividade
10	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ	PUCPR	CIÊNCIAS SOCIAIS	Bacharelado	Presencial	Em Atividade
14	UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS	UNISINOS	CIÊNCIAS SOCIAIS	Bacharelado	Presencial	Extinto
17	UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	UFU	CIÊNCIAS SOCIAIS	Bacharelado	Presencial	Em Atividade

(Fonte: disponível em: <https://emec.mec.gov.br/>. Acesso em mai. 2023)

Também não achamos que seja um problema não considerar as IES que oferecem a formação em Sociologia ou em Sociologia e Política, pois em uma busca no mesmo portal, por cursos que oferecem o bacharelado nestas áreas, encontramos apenas cinco IES. Três em atividade, uma extinta e uma em processo de extinção.

Destas três que estão ativas, uma delas consta na nossa exceção e a outra, que é presencial - pois desconsideramos aqui também os cursos EAD -, consta também em uma das situações apresentadas, tudo conforme já citado acima.

⁶ Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 22/05/2023)

Portanto, não julgamos que essas situações venham ocasionar um desvio sério que possa vir a prejudicar a pesquisa.

Abaixo apresentamos outra captura de outro Relatório de consulta avançada gerado no portal eMEC com o resultado da pesquisa sobre IES que oferecem o curso de bacharel em Sociologia ou Sociologia e Política.

FIGURA 4 - Captura de uma amostra do Relatório de consulta avançada gerado no portal eMEC

Ministério da Educação - Sistema e-MEC
 Relatório da Consulta Avançada
 Resultado da Consulta Por : **Curso**
 Relatório Processado : 24/05/2023 - 10:43:52 Total de Registro(s) : 5

Código IES	Instituição(IES)	Sigla	Nome do Curso	Grau	Modalidade	Situação
532	UNIVERSIDADE REGIONAL DO NOROESTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	UNIJUI	SOCIOLOGIA	Bacharelado	A Distância	Em Extinção
572	UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	UFF	SOCIOLOGIA	Bacharelado	Presencial	Em Atividade
671	UNIVERSIDADE ANHANGUERA	UNIDERP	SOCIOLOGIA	Bacharelado	A Distância	Extinto
1491	CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO	UNINTER	SOCIOLOGIA	Bacharelado	A Distância	Em Atividade
373	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	ESP	SOCIOLOGIA E POLÍTICA	Bacharelado	Presencial	Em Atividade

(Fonte: disponível em: <https://emec.mec.gov.br/>. Acesso em mai. 2023)

Em suma, usando de todas essas bases de dados e esses procedimentos de seleção de dados, acreditamos que tenha sido possível construir uma busca relevante, que considerou critérios importantes para determinar uma amostragem significativa de cursos de bacharelado que formam sociólogos no Brasil e que formam o *corpus* da presente dissertação.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 O Ofício do Sociólogo

O entendimento de que temos capacidade de refletir sobre a natureza do ser humano, de suas relações e de suas estruturas sociais é muito antigo, remonta à religião, à filosofia e à sabedoria oral como formas dedutivas de verdades. As ciências sociais são herdeiras dessa sabedoria e constituíram-se como um empreendimento do mundo moderno, quando estas ciências começaram a se separar da filosofia, surgindo como uma grande área interdisciplinar.

A história intelectual do século XIX é marcada, antes de tudo, por este processo de disciplinarização e profissionalização do conhecimento, o que significa dizer, pela criação de estruturas institucionais permanentes destinadas, simultaneamente, a produzir um novo conhecimento e a reproduzir os produtores de conhecimento. (WALLERSTEIN *et al*, 1996, p. 21)

É nesse contexto histórico que, em muitos países, surgem as ciências sociais, iniciando seu processo de institucionalização enquanto área de conhecimento autônoma. A história varia em diferentes países e regiões, mas podemos apresentar algumas tendências gerais que contribuíram para a institucionalização destas ciências.

A partir do século XIX, as ciências sociais começaram a se desmembrar em diferentes disciplinas acadêmicas. A emergência de disciplinas distintas desmembrou as ciências sociais em diversos campos específicos, a começar pela sociologia, depois a antropologia e, por fim, a ciência política, a irmã caçula das outras duas áreas disciplinares. Isso ocorreu à medida que os estudiosos começaram a adotar métodos mais empíricos e científicos para estudar a sociedade e o comportamento humano.

Mas se o que havia fazer era organizar e racionalizar a mudança social, a verdade é que primeiramente se impunha estudá-la e entender as regras que lhe subjaziam. Verificava-se, assim, não apenas existir um espaço para aquilo a que viríamos a chamar ciências sociais, mas também uma profunda necessidade social no sentido do seu surgimento. (WALLERSTEIN *et al*, 1996, p. 22)

Nesse sentido, outro aspecto importante da institucionalização foi o desenvolvimento de teorias e métodos. Os pioneiros das ciências sociais, como Auguste Comte, Émile Durkheim, Karl Marx, Max Weber e outros, como Lester Ward, contribuíram para o desenvolvimento de teorias e métodos específicos para o estudo das sociedades humanas. Essas teorias e métodos forneceram uma base intelectual para a formação das disciplinas.

Dentro de todo este diálogo, um ponto muito importante foi pensar a relação que as ciências sociais tinham com a sociedade: os entendimentos levantados pela pesquisa social, essencialmente teóricos, não deveriam interferir na realidade? Representavam estudos práticos com trabalho de campo com rigor metodológico? Previam a aplicação dos conhecimentos para a resolução de problemas da sociedade? Ou ainda, mesclavam essas relações no desenvolvimento do trabalho do cientista em questão?

Nosso entendimento é de que a teoria é a construção do objeto por meio da revisão bibliográfica, análise e interpretação de dados e produção monográfica; a prática representa os meios necessários para o trabalho de campo, a coleta de dados, a revisão bibliográfica e o domínio metodológico-prático; e a aplicação seria a proposição e a implementação de soluções para problemas sociais determinados, a partir da pesquisa de campo inferida pela teoria social.

Para Auguste Comte - considerado o fundador da sociologia - “Só a filosofia positiva pode ser considerada a única base sólida da reorganização social, que deve terminar o estado de crise no qual se encontram, há tanto tempo, as nações mais civilizadas” (COMTE, 1988, p.17). Ele argumentava que o sociólogo deveria buscar a aplicação prática do conhecimento sociológico para melhorar a sociedade e enfatizava a importância de utilizar o conhecimento adquirido pela sociologia para guiar a ação social e promover mudanças sociais positivas. Nesse sentido, o sociólogo deveria estar engajado em questões sociais e buscar contribuir para o bem-estar coletivo.

Todos os trabalhos humanos são especulações ou ações. Assim a divisão mais geral de nossos conhecimentos reais consiste em distingui-los em teóricos e práticos. Se considerarmos de início esta primeira divisão, é evidente que somente os conhecimentos teóricos devem ser tratados num curso da natureza deste. (COMTE, 1988, p. 22)

Apesar desta ressalva, em seu *Curso de Filosofia Positiva*, ele parece partilhar da crença de que o conhecimento sobre algo possibilitava uma ação. Seus anseios de transformação social a partir da operação enciclopédica e da criação de uma última área de conhecimento (a física social), para a absoluta compreensão das leis regulares que regiam o universo (inclusive as sociais) e da organização e transmissão desses conhecimentos, visavam sim a transformação social, ele esperava que isso melhorasse a sociedade.

Desta maneira, a sociedade seria, para ele, um todo mal organizado, regida por fenômenos sociais que deveriam ser observados, a fim de apresentar suas regularidades em forma de leis fundamentais, que favorecessem uma reorganização social (passando também

por uma reforma educacional) e o progresso, trazido pela ciência e pela “legislação” dos fenômenos. Parece desta forma criar uma ciência teórica, mas que previa um desenvolvimento prático, onde o conhecimento descoberto poderia contribuir para a melhoria da sociedade. A própria construção do conhecimento se aplicaria em um progresso social.

Seu principal sucessor no pensamento francês àquele momento foi Émile Durkheim. Este foi fundante quando delimitou uma área de estudo, seu objeto, seus métodos e práticas, foi decisivo para a instituição da Sociologia como uma ciência necessária e respeitada. Ele faz uma crítica ao desenvolvimento das Ciências Sociais, que até aquele momento, não havia se preocupado em caracterizar e definir seus métodos para o estudo dos fenômenos sociais. Não cuidaram das precauções para se observar os fatos, como colocar os problemas, as práticas para se determinar o fim, as regras para observar as provas etc.

Dessa forma, faz algo pela Sociologia, que ninguém havia ainda feito, tratar da institucionalização da ciência. Nesse sentido, cabe ressaltar que teve um papel fundamental no desenvolvimento do campo como uma disciplina acadêmica:

Um feliz conjunto de circunstâncias, à frente das quais é justo colocar a iniciativa da qual resultou a nosso favor a criação de um curso regular de Sociologia na Faculdade de Letras de Bordéus, permitiu que cedo nos consagrássemos ao estudo da ciência social e a construíssemos em matéria de nossas ocupações profissionais. (DURKHEIM, p. 85)

Embora Durkheim não tenha discutido explicitamente o ofício do sociólogo em seus escritos, suas obras e contribuições oferecem importantes direcionamentos sobre a natureza do trabalho sociológico. Ele acreditava que a educação desempenhava um papel crucial na criação de uma consciência coletiva e na integração social. Argumentava também que a instituição escolar tinha a função de transmitir valores, normas e conhecimentos à nova geração, contribuindo para a coesão social e a estabilidade da sociedade. Compreendia a institucionalização como um processo pelo qual as normas, regras e valores se tornam estabelecidos na sociedade. E ressaltava que as instituições, como a educação, o direito e a religião, eram fundamentais para a coesão social e a reprodução das estruturas sociais. O trabalho do sociólogo, então para ele, consistiria em analisar esses fatos sociais, compreender sua origem, suas manifestações e seu efeito sobre a vida social.

Ainda que Durkheim não tenha desenvolvido uma visão específica sobre o ofício, seu trabalho estabeleceu bases teóricas e metodológicas importantes para a disciplina. Ele enfatizou a importância da investigação científica, da análise das instituições e da compreensão dos fatos sociais como elementos centrais do trabalho sociológico. Essas ideias

influenciaram e continuam a influenciar as práticas e abordagens dos sociólogos contemporâneos.

Aqui no Brasil, este autor terá muita influência na obra de Fernando de Azevedo, que foi um educador e intelectual brasileiro que viveu no século XX. Ele desempenhou um papel importante na construção e reforma do sistema educacional no Brasil. Azevedo foi um defensor da educação como um meio de promover a cidadania, a justiça social e o desenvolvimento humano.

Ambos os pensadores reconheciam a importância das instituições na sociedade e seu papel fundamental na formação dos indivíduos, na coesão social e na transmissão de conhecimentos e valores. Concluíram que ao refletir sobre as instituições sociais e ao transformá-las, transforma-se também a sociedade.

Outro autor fundamental para a formulação das ciências sociais foi Karl Marx, pensador alemão que viveu no século XIX, participou diretamente dos debates teóricos e políticos de seu tempo. Para ele a ciência social é teórica, prática e aplicada. No Prefácio do livro *Marx – Vida e Obra*, Giannotti fala sobre o *Manifesto Comunista*: “(...) a preparação do texto abre-se com uma análise da luta de classes e termina convocando os operários do mundo inteiro à união. Marx estava visando a fins precisos” (MARX, 1978, p. XVI).

Ele foi marcante na trajetória prática e transformadora da área, juntamente com seu amigo fiel Friedrich Engels; ambos formularam uma ciência social que visava à aplicação, uma ciência que previa a emancipação de uma classe a fim de transformar a sua realidade e colocar fim à sociedade capitalista. Independentemente da sua atuação pessoal, Marx formula uma ciência que previa o desenvolvimento teórico, prático e aplicado das Ciências Sociais.

Marx concebia a institucionalização como um processo intrinsecamente ligado às relações de produção e à estrutura de classes da sociedade capitalista. Ele argumentava que as instituições, como o Estado, a família, a religião e a educação, eram moldadas pelos interesses da classe dominante e serviam para perpetuar a exploração e a desigualdade.

No Brasil, influenciou muito a obra e trajetória de Florestan Fernandes, conhecido por suas análises sobre a sociedade brasileira e as desigualdades sociais. Fernandes abordou a institucionalização no contexto da formação histórica e das contradições sociais do Brasil. Ele argumentava que as instituições brasileiras, como o sistema educacional, o sistema político e o mercado de trabalho, eram permeados por relações desiguais de poder e reproduziam estruturas de dominação.

Karl Marx não discutiu especificamente o "ofício do sociólogo" em termos modernos, pois o campo da sociologia como disciplina acadêmica surgiu após sua morte. No entanto,

suas obras e teorias oferecem uma base crítica e analítica que influenciaram profundamente o pensamento sociológico posterior.

Dessa forma, o trabalho sociológico, no sentido marxista, está ligado a uma análise crítica da sociedade, das relações de classe, das contradições e das transformações sociais. O sociólogo, nesse sentido, busca compreender as estruturas sociais, suas origens históricas e suas implicações para os indivíduos e grupos sociais.

Os sociólogos contemporâneos que se baseiam nas teorias de Marx frequentemente adotam uma abordagem crítica e voltada para a ação social. Eles buscam revelar as injustiças sociais, analisar as desigualdades e promover uma transformação social mais equitativa.

Fernandes analisava a institucionalização como um processo de reprodução das desigualdades sociais, em que as classes dominantes mantinham seu poder por meio do controle das instituições, mostrando sua influência marxista.

Um ideal relativamente complexo de pesquisa sociológica foi tolerado, durante certo tempo; mas, por fim, entrou em conflito com as situações de interesses de classes sociais dominantes, que não estavam preparadas para conceder real autonomia aos sociólogos profissionais. (FERNANDES, 2008, p. 139).

Embora Marx e Fernandes tenham vivido em épocas diferentes e em contextos sociais distintos, ambos destacaram a influência das relações de poder na institucionalização e enfatizaram a necessidade de mudança e transformação das estruturas institucionais para alcançar uma sociedade mais justa e igualitária. Suas análises críticas da institucionalização contribuíram para uma compreensão mais profunda dos mecanismos de poder e das desigualdades presentes nas sociedades capitalistas.

Muitas das críticas feitas a Marx e seus herdeiros foram de um contemporâneo seu, Max Weber, que em um de seus textos: *A 'objetividade' do conhecimento nas ciências sociais*, publicado em 1904, traz os principais temas da sua concepção de metodologia da ciência social e das relações entre conhecimento científico e prática, minuciosamente expostos. O ponto de partida é a Economia, pois ali se encontram os partidários da concepção que se propõe a combater (como ciência empírica, a Economia “nunca poderá ter como tarefa a descoberta de normas e ideias de caráter imperativo das quais pudessem deduzir algumas receitas para a prática”). Boa parte do seu esforço será no sentido de definir o domínio da ciência empírica como o dos meios, e não o dos fins. “A ciência não pode propor fins à ação prática. Uma ciência empírica não está apta a ensinar a ninguém aquilo que se ‘deve’, mas

sim, apenas aquilo que se ‘pode’ e – em certas circunstâncias – aquilo que se ‘quer’ fazer”. (WEBER, 1979, p. 21)

Combate a ideia de que a Ciência possa engendrar “concepções de mundo” de validade universal, fundadas no sentido objetivo do decurso histórico. O objeto do conhecimento social não se impõe à análise, como já dado, mas é constituído nela própria, através dos procedimentos metódicos do pesquisador.

Ofereceu uma reflexão significativa sobre o ofício do sociólogo em seus escritos. Weber considerava a sociologia como uma disciplina que visava compreender a ação social e suas bases sociais, culturais e históricas. Ele explorou diversos aspectos do trabalho sociológico, incluindo seu objetivo, métodos de investigação e o papel do sociólogo na sociedade.

Weber argumentava que o objetivo do sociólogo era compreender o significado e a motivação subjacentes às ações dos indivíduos e grupos sociais. Ele enfatizava a importância de analisar tanto a estrutura social quanto a subjetividade dos atores sociais, a fim de compreender a complexidade das interações sociais.

Em relação aos métodos de investigação, Weber defendia uma abordagem compreensiva, buscando captar o significado subjetivo das ações sociais. Ele enfatizava a importância da compreensão empática, colocando-se no lugar dos atores sociais para compreender sua perspectiva e intenções. Além disso, Weber também valorizava a combinação de diferentes métodos, incluindo a pesquisa documental, a observação direta e a entrevista, a fim de obter uma compreensão mais completa dos fenômenos sociais.

Quanto ao papel do sociólogo na sociedade, Weber argumentava que este deveria ser um intelectual crítico e comprometido, com responsabilidade ética. Ele acreditava que os sociólogos tinham a tarefa de fornecer conhecimento objetivo e esclarecedor sobre a sociedade, para contribuir para a compreensão e transformação social.

Ressalta, porém, que embora seja impossível eliminar completamente os valores pessoais do sociólogo, é necessário que os mesmos sejam conscientes e transparentes em sua influência sobre o trabalho científico. Assim defende a busca de um tipo de objetividade baseada na compreensão interpretativa da ação social. (WEBER, 1979).

No geral, Weber via o ofício do sociólogo como uma busca pela compreensão da ação social, utilizando métodos empíricos e interpretativos. Ressaltava a importância do conhecimento sociológico para a compreensão e aprimoramento da sociedade, bem como a responsabilidade ética dos sociólogos na divulgação desse conhecimento para o público em

geral. As ideias de Weber influenciaram significativamente o desenvolvimento da sociologia e continuam a ser relevantes para o trabalho sociológico contemporâneo.

No Brasil, exerceu uma influência significativa na formação dos cursos de Ciências Sociais. A presença das ideias weberianas pode ser observada tanto no conteúdo programático dos cursos quanto nas abordagens metodológicas adotadas pelos sociólogos e cientistas sociais brasileiros. De forma geral, contribuiu para a construção de uma base teórica e metodológica sólida, influenciando a maneira como os cientistas sociais brasileiros compreendem e analisam os fenômenos sociais.

Seria importante ressaltar que não pretendemos, de maneira alguma, esgotar este debate epistemológico entre os clássicos, mas só queremos evidenciar a grande disputa no campo e essa falta de consenso, mesmo entre os clássicos, pois acreditamos que isto contribuiu para o desenvolvimento de um processo de institucionalização das ciências sociais na Europa e em outros locais do mundo, onde as ciências sociais também se institucionalizaram.

No Brasil, demos exemplos breves da influência desses pensadores na obra de Fernando de Azevedo e Florestan Fernandes, que serão acadêmicos influentes no surgimento dos primeiros cursos de ciências sociais brasileiros, principalmente na USP.

Já na Sociologia americana, quase que contemporaneamente a Weber, Lester Ward toma partido nesse debate partilhando a ideia de que toda ciência possui a parte teórica e pura e a parte prática e aplicada. Para ele existem duas sociologias: a sociologia pura e a sociologia aplicada. E em linhas gerais, assim define:

Enquanto a sociologia pura trata do desenvolvimento espontâneo da sociedade, a sociologia aplicada lida com meios artificiais de aceleração desses processos espontâneos. Enquanto o objeto da sociologia pura é a realização, o objeto da sociologia aplicada é a melhora. A primeira trata do passado e do presente, a outra do futuro. (WARD, 1906, p. 6, tradução nossa)

Segundo este autor, a sociologia pura trataria da investigação científica sobre a condição atual da sociedade, produzindo uma autoconsciência tal que a permitisse, na sociologia aplicada, funcionar como um guia para a ação social e política.

Ward fez contribuições significativas no campo da sociologia aplicada e a abordagem científica do estudo da sociedade. Ele defendia a ideia de que a sociologia deveria ser uma ciência que se dedica ao estudo dos problemas sociais e à busca de soluções baseadas em evidências empíricas. Ele enfatizava a importância da sociologia como uma disciplina que

poderia fornecer conhecimento objetivo para abordar questões sociais e promover mudanças positivas na sociedade.

Voltando à Sociologia francesa - só que contemporânea - houve um intenso debate sobre a relação entre teoria e prática nas ciências sociais durante o século XX. O excesso de um chamado “teoricismo” foi alvo de críticas de Bourdieu, Chamboredon e Passeron, que fizeram um manifesto em oposição à grande tendência escolástica presente na década de 1960. Para eles a profissão do sociólogo requereria a junção da compreensão teórica, com um árduo trabalho metódico de “conquista” do objeto de estudo. Esses autores são contrários à separação entre teoria e prática, recusando-se a estabelecer uma dissociação entre elas: “... é verdade que o ensino da pesquisa requer – tanto dos seus idealizadores, quanto de seus receptores – uma referência direta e constante à experiência na primeira pessoa...” (BOURDIEU *et al*, 1999, p. 10-11). Desta forma os autores não falaram em primazia de prática em detrimento da teoria, mas da necessidade de um equilíbrio entre essas instâncias como a forma correta de se fazer ciência.

Ao refletirmos sobre todo este debate nas ciências sociais, não fica evidente qual seria a característica intrínseca das ciências sociais na sua relação com a teoria, a prática e, principalmente, a aplicação.

Parece que há uma falta de clareza na definição das ciências sociais, muito diferente do que houve, por exemplo, com as chamadas ciências da natureza: “A ciência, ou seja, a ciência da natureza, foi objeto de uma definição mais clara do que seu contraponto, para o qual o mundo não chegou nunca sequer a acordar num único nome” (WALLERSTEIN *et al*, 1996, p. 19).

Ao que tudo indica, essa falta de clareza vai influenciar, e muito, em uma outra etapa importante no processo de institucionalização das ciências sociais que é: a criação de instituições acadêmicas.

A Sociologia como disciplina nasceu com a ambição de se tornar a ciência geral da “sociedade”, objeto em torno do qual foi construído um acordo mínimo que permitiu a institucionalização da disciplina (Wickham, 2012). Porém, outras disciplinas, que abordam este objeto por meio de lentes teóricas e tradições teóricas metodológicas diversas, tiveram desenvolvimentos paralelos, embora não isolados, que resultaram na institucionalização de múltiplos campos disciplinares que irão organizar os países como no Brasil. (LIMA e CORTES, 2013, p. 417-418)

A institucionalização das ciências sociais envolveu a criação de instituições acadêmicas dedicadas ao estudo dessas disciplinas. Universidades e faculdades estabeleceram departamentos e programas específicos para sociologia, antropologia, ciência política e outras áreas das ciências sociais, em tempos diferentes.

Os primeiros cursos de Ciências Sociais foram criados nas décadas de 1930 e 1940. A influência de intelectuais europeus, especialmente alemães e franceses, foi fundamental para a consolidação da disciplina no país.

A fundação do primeiro curso de Sociologia ocorre em maio de 1933 pela Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo que, atualmente, é a única instituição cadastrada que oferece a formação em Sociologia e Política e percebemos que esta instituição parece ter voltado sua preocupação para a atuação profissional do Sociólogo para além do meio acadêmico simplesmente⁷.

A Universidade de São Paulo (USP), criada em 1934, também teve um papel central no desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil - com este perfil mais voltado para a teoria, influência da escola francesa - inclusive criticado por Bourdieu, Chamboredon e Passeron, como mostramos acima -, especialmente de duas figuras relevantes nesse contexto: Claude Lévi-Strauss e Roger Bastide.

Claude Lévi-Strauss foi um renomado antropólogo francês e um dos principais teóricos estruturalistas do século XX. Ele teve uma relação significativa com a USP, onde lecionou como professor entre os anos de 1935 e 1937. Durante esse período, Lévi-Strauss desenvolveu pesquisas e influenciou estudantes e intelectuais brasileiros com suas teorias antropológicas.

Roger Bastide, por sua vez, foi um sociólogo e antropólogo francês que também teve um papel fundamental no desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil. Bastide se mudou para o Brasil em 1938 e passou a lecionar na USP a partir de 1941. Ele foi um dos principais responsáveis por consolidar a sociologia no país, especialmente com seu trabalho sobre religião, cultura afro-brasileira e relações raciais. Suas pesquisas influenciaram uma geração de estudiosos e foram fundamentais para a formação de uma abordagem sociológica brasileira.

A partir de então, as Ciências Sociais no Brasil passaram por diferentes fases e abordagens teóricas, incorporando perspectivas críticas, marxistas, estruturalistas, pós-estruturalistas, entre outras correntes. Esse desenvolvimento variado, mostra que este é um

⁷ Embora não tenhamos encontrado o PPC desta instituição, foi possível notar as características da formação, pois foi possível encontrar na página oficial o perfil do egresso e os objetivos do curso.

campo em constante disputa, que pode ter ocasionado esta falta de clareza na definição da formação do bacharel, o que, por sua vez, pode ter gerado algumas lacunas na formação destes indivíduos e a respeito do seu mercado de trabalho.

Segundo Sérgio Miceli (2001), o desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil - entre 1930 e 1964 - dependeu intimamente de duas coisas: de um impulso alcançado pela organização universitária (em grande parte financiada pela iniciativa privada) e de uma concessão de recursos governamentais; esses dois padrões de consolidação institucional, segundo ele, acabaram resistindo, porque atenderam a demandas diferenciadas de grupos sociais emergentes e aos projetos formulados ou encampados pelos setores políticos dirigentes. Essa dependência dos institutos superiores de ensino geraram uma relativa dissociação entre os cientistas sociais e as questões práticas de extensos setores da população, cuja solução, ou mitigação, depende de intervenções nas quais se aplica praticamente o conhecimento produzido pelas Ciências Sociais.

As consequências disso repercutiram tanto sobre as orientações doutrinárias (metodológicas, teóricas, político-partidárias), o perfil dos objetos selecionados para a investigação, os conteúdos substantivos da produção acadêmica, como no que concerne às carreiras intelectuais e profissionais dos cientistas sociais... (MICELI, 2001, p. 92)

Se de um lado, Miceli (2001) aponta um distanciamento entre a ciência e o povo - no que diz respeito a uma ciência que se atente aos setores populares -, causado pelos interesses que estão por trás dos investimentos nessas instituições, o que dificulta a possibilidade de aplicação, de outro, Florestan Fernandes (1977) apontava muito mais a influência de duas outras coisas, tanto nas atividades de produção de trabalhos científicos, quanto na institucionalização dos cursos nas mais diversas áreas: as instituições científicas extraem recursos do meio social inclusivo, ou seja, esses investimentos refletem uma representação coletiva do que é essencial; os rumos tomados por essas instituições científicas dependem também de outros sistemas de normas e valores.

A institucionalização das Ciências Sociais e de seus cursos de formação tomaram rumos que nem sempre dependeram de intenções meramente científicas:

O padrão de trabalho intelectual, explorado nos diversos ramos da investigação científica, é determinado, formalmente pelas normas, valores e ideais do saber científico. Contudo, as condições materiais e morais do meio social ambiente refletem-se, de várias maneiras, nas possibilidades de organização e de expansão das instituições de pesquisa científica. (FERNANDES, 1977, p. 50)

Ora, se as instituições científicas necessitam de recursos para o seu funcionamento e organização, sua autonomia e produção de certa forma estão presas àquilo que o meio social espera desta determinada ciência, assim como a preparação dos profissionais nas mais específicas áreas também respondem de imediato às necessidades e ao entendimento, do mesmo meio, sobre as qualidades necessárias de cada profissional (aquilo que esperamos de cada ciência e de cada cientista). Portanto, se as pesquisas, objetos, métodos, tudo se afasta dos interesses dos setores populares, esses setores por sua vez não valorizarão essa ciência que parece não lhes servir em nada.

É preciso lembrar que este processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil foi fortemente influenciado por momentos políticos e sociais do país. Durante o regime militar (1964-1985), as ciências sociais enfrentaram desafios, como censura e restrições à liberdade acadêmica. No entanto, pesquisadores e intelectuais brasileiros continuaram a desenvolver trabalhos críticos e contribuir para a compreensão da sociedade brasileira. Aliás, por mais paradoxal que seja, as ciências sociais se expandiram nesse período, como bem pode ser representado pela criação da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais [ANPOCS], em 1977.

A institucionalização das ciências sociais também envolve o impulsionamento pela criação de periódicos e editoras acadêmicas dedicadas a essas disciplinas, o que também ocorreu nesse período. Isso permitiu que os acadêmicos compartilhassem suas pesquisas, teorias e descobertas com um público mais amplo. Essa é uma forma importante de a universidade contribuir com a sociedade. Esse processo de expansão dessa área de conhecimento tem contribuído para a compreensão das dinâmicas sociais, políticas e culturais do país, abordando temas como desigualdade social, identidade, gênero, raça, política, entre outros, através da publicação de periódicos e livros acadêmicos há muito tempo.

A profissionalização e a formação de profissionais são outros pontos importantes no processo de institucionalização. À medida que as ciências sociais se desenvolviam, os acadêmicos começaram a buscar formação especializada nessas áreas. Isso envolveu a obtenção de diplomas de pós-graduação em ciências sociais e a participação em programas de pesquisa e bolsas de estudo.

Por fim, ainda temos o estabelecimento de associações profissionais que foram criadas para promover a colaboração e o intercâmbio de conhecimentos entre os estudiosos das ciências sociais. Essas associações realizam conferências, publicam revistas acadêmicas e promovem a profissionalização e o avanço das disciplinas.

É importante notar que o desenvolvimento das associações de sociologia no Brasil é resultado de um processo histórico e intelectual complexo, moldado por diversas influências e contextos específicos do país.

A primeira entidade de organização profissional dos sociólogos brasileiros surgiu um ano antes da formação da primeira turma de sociólogos neste país. Também teve influência direta da iniciativa de professores estrangeiros, franceses e americanos, que vieram lecionar nas primeiras IES que formaram estudantes para esta área no Brasil: Escola de Sociologia e Política de São Paulo; a USP e a antiga Universidade Nacional, atual UFRJ (MIRHAN, 2015).

Ainda segundo Mirhan:

Essa entidade, fundada em São Paulo, que posteriormente toma um caráter nacional, existindo até os dias atuais, denomina-se Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS). (...) Não travou a luta pelo reconhecimento profissional, pela legalização da profissão, pela ampliação do nosso mercado de trabalho, pelo estabelecimento de um piso profissional, pela criação dos Conselhos Federal e Regionais de Sociólogos, enfim é uma entidade científica... (MIRHAN, 2015, p. 34)

Esse parece mais um indicativo, de que influenciado pela principal associação da ciência no país, se desenvolve no Brasil um padrão de formação em ciências sociais que se aproxima do desenvolvimento dos conhecimentos teóricos, mas que se afasta da possibilidade de atuação prática e aplicada no seu processo de formação profissional.

No entanto, notamos também que a definição deste ofício, não foi algo unânime na academia, nem entre os clássicos não houve consenso a respeito das características desta ciência e, por consequência, desta profissão. Esta falta de clareza parece ter atingido todos os pontos de institucionalização destas ciências, deixando espaço para que se desenvolvessem dentro destas ciências, possibilidades inúmeras de definição, atuação, formação, profissionalização, entre outros elementos já citados.

Dentre as possibilidades, para o desenvolvimento de uma ciência teórica, mas também a possibilidade de desenvolvimento de uma ciência prática e/ou que tivesse relação com a sua aplicação na sociedade. Vejamos.

2.2 O mercado de trabalho para sociólogo

Quando pensamos na profissão de sociólogo no Brasil e no seu processo de institucionalização, não podemos deixar de pensar também no desenvolvimento de toda uma

legislação que permeará o fomento de praticamente todos os elementos ligados à institucionalização de uma nova ciência.

Começamos então um processo de análise da legislação vigente que trata do ofício de sociólogo, sua formação, sua reserva de mercado etc. Esta breve análise resultou no encontro da Lei nº 6.888 de 10 de dezembro de 1980, que passou então a ser o nosso foco de análise documental legal.

Era importante focar neste documento, pois ele representou a iniciativa que instituiu a profissão de sociólogo neste país. “Conhecer, apropriar-se, desvelar e debater o documento nos parecem etapas fundamentais para posicionamento e ação crítica” (ZANCAN RODRIGUES et al, 2020, p. 3).

Para a análise deste documento específico, observou-se o método desenvolvido por André Cellard (2008), que ressalta a importância primordial de se realizar, inicialmente, uma avaliação crítica - conforme já mostrado previamente na Introdução. Cabe lembrar que ela se divide em cinco momentos que são: o contexto histórico do documento; apresentação do autor; autenticidade e a confiabilidade do documento; a natureza do texto; e por fim, os conceitos-chave e a lógica interna do texto.

Orientando-se por este método, a Avaliação Crítica foi iniciada com a análise e o estudo do contexto histórico em que o documento foi formulado.

Segundo Lejeune Mirhan:

(...) a partir do início da década de 1970, vai ocorrer um movimento no sentido de se tentar a profissionalização da ciência, ou seja, o seu reconhecimento profissional por lei federal. Não havia entidades sindicais representativas da profissão nessa época, nem ela era reconhecida no país. Esse movimento acabou por ser vitorioso, quando do reconhecimento da profissão em 1980, pela lei nº 6.888, de dezembro desse ano, e com Decreto de 1984 que acabou por regulamentá-la. (...) É preciso registrar, no entanto, que a discussão entre os sociólogos brasileiros sobre a questão do reconhecimento da profissão e da sua regulamentação, com a consequente criação de sindicatos, Federação Nacional e Conselhos Profissionais de categoria não foi consenso; pelo contrário, muito polêmica. (MIRHAN, 2015, p. 30-31).

O autor - que também trata do desenvolvimento da ciência no país, da organização profissional, da organização curricular de cursos, e de possíveis áreas de atuação - relata que não houve um consenso sobre a profissionalização das ciências sociais no Brasil, da mesma forma que não houve consenso na criação e definição dos cursos que viriam a formar estes profissionais, conforme expomos na seção anterior.

Assim fica evidente que a lei surgiu em um contexto conturbado da política brasileira e sua formulação atravessa a transição de governos, mais precisamente entre o fim da Ditadura Civil-Militar no Brasil e o processo conhecido como a abertura política.

A Ditadura Civil-Militar, que governou o Brasil entre os anos de 1964 e 1985, se caracterizou como um período marcado pela repressão política, censura, violações dos direitos humanos e ausência de democracia. No entanto, a partir do final da década de 1970, o país começou a passar por um processo gradual de abertura política, que culminou na redemocratização e no surgimento da Nova República. Foi um momento em que os principais eventos e atores envolvidos nesse processo de transição enfrentaram inúmeros desafios na construção de uma nova ordem política no Brasil.

Dentre estes desafios, estava a definição das ciências sociais a partir de uma regulamentação legal necessária para o fomento das mesmas ciências. O que incutia em muitas contradições, já que segundo Fernandes as ciências sociais tratam de um objeto que não é daqueles que possa atrair muito a atenção dos congressistas (FERNANDES, 1955).

As lutas pelo reconhecimento passaram pelo Congresso Nacional e surgiram, em geral, a partir da década de 1960. Mas este reconhecimento viria apenas no ano de 1980, com a promulgação da lei. Sendo que sua regulamentação só se efetivaria em 1984, com o Decreto nº 89.531, de 5 de abril deste ano.⁸

Entre estes dois movimentos legais, houve também, no ano de 1983, um movimento que enquadrou a profissão sociólogo no 31º grupo da Confederação Nacional dos Profissionais Liberais [CNPL].

A partir de 1991 - mais precisamente a partir do dia 17 de abril -, é editada uma resolução por meio do Ministério do Trabalho [MTE] que visava publicar a Tabela de Classificação brasileira de Ocupações e a partir deste momento também a profissão de sociólogo é enquadrada na CBO - mostraremos como ficou definida mais à frente.

Antes cabe tratar da apresentação do autor, da autenticidade e confiabilidade do documento e da natureza do texto. Explicitamos que se trata de um documento oficial da legislação brasileira, construído desde 1961 - quando foi apresentado como um Projeto de lei do deputado Aniz Badra, aprovado pela câmara e vetado por Castelo Branco, processo que terminou no ano de 1967.

⁸ É importante sinalizar que este decreto citado pouco alterou em relação à lei que regulamentou, até mesmo porque, sua função foi de estabelecer as atribuições do sociólogo, definir seu campo de atuação e regulamentar o exercício da profissão de sociólogo no Brasil. Entre outras coisas, o decreto detalha as atividades que um sociólogo pode desempenhar, suas responsabilidades éticas e técnicas, e a necessidade de registro profissional para atuar como sociólogo e como conseguir este registro.

Depois de um período longo e conturbado de desenvolvimento - que envolveu antes de seu sucesso, mais duas tentativas frustradas: uma em 1971 e outra em 1974 - foi aprovado pela Câmara dos Deputados na quarta tentativa, em 1980, como um Projeto de Lei muito semelhante aos anteriores, só que este de autoria do deputado Francisco Amaral, indo à sanção presidencial do general presidente João Batista de Oliveira Figueiredo em dezembro do mesmo ano. Foi publicado no Diário Oficial da União no dia 11 de dezembro de 1980, página 24791 do mesmo documento. É um documento regulamentador que dispõe sobre o exercício da profissão de sociólogo e dá outras providências.

Seus conceitos-chave são: exercício profissional - a lei estabelece os requisitos para o exercício da profissão de sociólogo, garantindo a formação acadêmica em bacharel especificamente em Ciências Sociais, Sociologia ou Sociologia e Política como pré-requisito para o exercício da profissão; Conselho Profissional - a lei prevê a criação de um Conselho Federal e Conselhos Regionais de Sociologia, responsáveis por regulamentar a profissão, fiscalizar o exercício profissional e garantir o cumprimento dos princípios éticos e técnicos da profissão; atribuições profissionais - a lei define as atribuições profissionais do sociólogo, especificando as áreas de atuação em que o profissional pode exercer suas atividades, como pesquisa, docência, assessoria e consultoria, entre outras; formação acadêmica - a lei estabelece que a formação acadêmica para o exercício da profissão de sociólogo deve ocorrer em cursos já citados, reconhecidos pelo MEC, com a obtenção do diploma de bacharel; ética profissional - a lei estabelece princípios éticos que devem nortear o exercício da profissão de sociólogo, como a responsabilidade social, a honestidade intelectual, a imparcialidade, a confidencialidade das informações e o respeito à dignidade humana; fiscalização e penalidades - a lei confere aos Conselhos Regionais de Sociologia a competência para fiscalizar o exercício da profissão, podendo aplicar sanções disciplinares em caso de infrações éticas ou técnicas.

Desta forma a lógica interna do texto está na regulamentação da profissão de sociólogo, estabelecendo os critérios necessários para o exercício profissional, as atribuições da categoria, a formação acadêmica exigida e a criação dos órgãos de fiscalização e regulamentação.

Com este trabalho de avaliação crítica desenvolvido e finalizado, e a partir de uma leitura repetida do documento, almejamos então, desconstruí-lo, para em seguida desenvolver o processo inverso de reconstrução do mesmo, com a intenção de mostrar sua defasagem e contradições.

Embora a lei tenha estabelecido diretrizes para o exercício da profissão de sociólogo e isso tenha sido importante para o desenvolvimento deste ofício no país, existem alguns problemas e desafios associados a essa legislação, que mencionaremos a seguir: (i) desatualização e defasagem - a lei foi promulgada há várias décadas e não passou por atualizações significativas desde então; as transformações sociais, tecnológicas e acadêmicas ocorridas nesse período podem exigir uma revisão e atualização da legislação para se adequar às novas demandas e realidades da profissão; (ii) ausência de regulamentação completa - apesar de a lei ter sido promulgada, algumas questões importantes relacionadas à regulamentação da profissão de sociólogo ainda não foram totalmente resolvidas, o que pode gerar ambiguidades e lacunas na prática profissional; (iii) pouca clareza nas atribuições profissionais - a lei estabelece as atribuições profissionais do sociólogo, mas essas atribuições podem ser consideradas amplas e genéricas, o que pode gerar dificuldades para delimitar o campo de atuação do profissional e para distinguir suas competências específicas; (iv) fragilidade na fiscalização - a fiscalização do exercício da profissão de Sociólogo, a cargo dos Conselhos Regionais de Sociologia, pode enfrentar desafios em termos de recursos e efetividade para a proteção dos interesses da categoria; (v) reconhecimento e inserção no mercado de trabalho - a profissão de sociólogo ainda enfrenta desafios no que diz respeito ao reconhecimento e valorização no mercado de trabalho; parece não haver falta de demanda específica, mas a competição com outras áreas de formação pode dificultar a inserção profissional e a oferta de oportunidades de trabalho adequadas.

É importante ressaltar que esses problemas não invalidam a importância da regulamentação da profissão de sociólogo, mas destacam a necessidade de avaliação e aprimoramento contínuo da legislação para enfrentar os desafios e garantir uma prática profissional efetiva e atualizada.

Quando pensamos sobre as atribuições profissionais de um sociólogo, temos uma descrição na CBO, feita com base na lei, desde 1991 (conforme já citado) que define o sociólogo como um profissional apto a “Realizar estudos e pesquisas sociais, econômicas e políticas; participar da gestão territorial e socioambiental; estudar o patrimônio arqueológico; gerir patrimônio histórico e cultural. Realizar pesquisa de mercado. Participar da elaboração, implementação e avaliação de políticas e programas públicos; organizar informações sociais, culturais e políticas. Elaborar documentos técnico-científicos”.

Quando analisamos o artigo terceiro da mesma lei, observamos que

...órgãos públicos (...) quando encarregados da elaboração e execução de planos, estudos, programas e projetos socioeconômicos ao nível global, regional ou setorial, manterão, em caráter permanente, ou enquanto perdurar a referida atividade, Sociólogos legalmente habilitados, em seu quadro de pessoal, ou em regime de contrato para prestação de serviços. (BRASIL, 1980)

Cria-se, desta forma, uma série de ocupações para o sociólogo, além de situações de trabalho destinadas a estes profissionais específicos.

Segundo Lejeune Mirhan

As coisas começaram a melhorar com a posse de Luiz Inácio Lula da Silva, em janeiro de 2003 (...). Em todos os programas de abrangência social temos colegas dando suas contribuições. No Ministério do Desenvolvimento Social, Reforma Agrária, Planejamento, Agricultura, Cultura, Educação, Ciência e Tecnologia e em tantos outros, temos colegas atuando. Nos setores legislativo e Judiciário estamos presentes. Não há praticamente um setor no serviço público federal e nos estaduais e grandes municípios onde nossos colegas não estejam presentes (MIRHAN, 2015, p. 11).

Além disso, segundo Baltar (2013)

...tomando como parâmetro apenas os contratados como sociólogo (CBO 251120), segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho (CAGED/MTE), entre janeiro e maio de 2013, foram contratados 30 profissionais em todo o Brasil, com média salarial de R\$ 3.295,00. Entre julho e dezembro de 2012, foram 46 contratações em todo o país, com média salarial de R\$2.849,00. Se acrescentarmos os contratados como Pesquisador de Ciências Sociais e Humanas (CBO 203505), no Brasil ocorreram 66 contratações nos primeiros meses de 2013, com salário médio de R\$3.297,00. Entre julho e dezembro de 2012, um total de 106 contratos de trabalho foram assinados em todo o país, com média salarial de R\$2.187,00. Somando tudo, entre julho de 2012 e maio de 2013, foram 248 contratações com média salarial de R\$2.907,00. (BALTAR, 2013, n.p.)

Embora ambos os trechos deixem evidente que temos um mercado de trabalho efervescente, como também ficou explícito no trecho citado da lei, Mirhan ressalta com mais precisão que os maiores problemas na absorção destes profissionais pelo mercado são: 1- em relação à garantia do exercício a apenas profissionais qualificados e a ausência de um órgão de fiscalização responsável; 2- além também de uma incapacitação de trabalhadores, devido à ausência - entre outras coisas - de estágios profissionais dentro do seu respectivo processo de formação.

Para este autor, portanto, a dificuldade encontrada pelos profissionais para ingressar na profissão, de um lado não tem nada a ver com as IES que formam profissionais, pois não são elas que devem garantir o pleno respeito ao que está previsto na legislação, mas sim um órgão de fiscalização específico. Porém por outro lado, elas podem ser responsabilizadas em parte, pois parece haver carências na formação profissional oferecida aos egressos destes cursos, fato que também contribui muito para o aumento da já citada dificuldade.

Ronaldo Baltar, juntamente com Claudia Baltar (2017), também abordou a questão do mercado de trabalho deste ofício no Brasil, usando dados do censo demográfico de 2010. Segundo esse mesmo artigo, as carências na formação profissional de sociólogos não são um problema que tem relação com a falta de oportunidades de emprego, embora muitas vezes essas vagas sejam preenchidas por profissionais oriundos de outras áreas de atuação, principalmente outras áreas das Ciências Humanas, Sociais ou até mesmo Exatas - como ficou evidente também no trecho daquela entrevista da introdução e na análise de Mirhan (2015) exposta logo acima.

Mas é um problema que parece refletir carências na formação acadêmica, que não estariam levando em conta as especificidades da atuação profissional para além do ensino superior, quando talvez fosse necessário a introdução de tópicos de formação que ampliassem a possibilidade de inserção dos sociólogos na demanda por profissionais qualificados nas mais diversas áreas de atuação deste meio.

Esse debate vai muito além dos processos de formação, pois eles têm influência direta no desenvolvimento dos futuros profissionais da carreira, e isso é uma tautologia.

Ao olharmos por esse aspecto - a preparação para o mercado de trabalho - e ao levarmos em conta a profissão de sociólogo: qual sua perspectiva de emprego e quais são as funções que ocupa após a formação? Dados do Censo Demográfico de 2010 nos apontam o seguinte:

Havia mais graduados em Ciências Sociais atuando como Escriturários (7,17%), Professores do Ensino Pré-Escolar (4,89%) e Categoria Outros (4,65%) do que como Sociólogos (4,54%). Mais distante ainda estava a ocupação de Professores de Universidade e do Ensino Superior (3,57%), ocupando a nona posição na distribuição de ocupações, atrás de Secretários (3,76%). (BALTAR; BALTAR, 2017, v. 5, p. 271)

Nesta perspectiva, temos dados nada animadores a respeito da inserção de egressos desta área profissional no seu mercado correspondente. Notamos que há mais pessoas atuando como secretários do que como professores universitários. Se temos um possível panorama de

formação idealizado que prevê a preparação quase que exclusivamente para esta área acadêmica de atuação, podemos ter aí também um débito em relação a todas estas outras possibilidades de atuação profissional.

Em um outro artigo - este publicado em 2013 - intitulado *Mercado de trabalho para os sociólogos e a Sociologia no ensino médio*, Ronaldo Baltar volta a tratar deste problema, apontando que “a caracterização do mercado de trabalho do sociólogo é difícil. São poucos os que, mesmo contratados para ao exercício específico da profissão, se registram como sociólogos. Entre os que estão registrados, nem todos exercem as funções específicas definidas para o sociólogo” (BALTAR, 2013, n.p.).

Dessa forma, estes dados anteriores poderiam ser questionados pois essa situação poderia distorcê-los a respeito do ingresso de profissionais neste mercado de trabalho - e este é outro problema pelo qual as IES que formam profissionais não podem ser responsabilizadas. Mas por outro lado o autor deixa evidente que este também é um problema que reflete o perfil de formação que dificulta ainda mais as coisas.

O mercado de trabalho para o sociólogo não é favorável aos iniciantes na carreira. De acordo com os dados da Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho (RAIS/MTE) de 2010, o perfil do profissional contratado tem em média acima de 40 anos de idade e mais de 10 anos no emprego. O despreparo com que os jovens sociólogos saem das Universidades em relação ao exercício da profissão e a falta de estágios efetivamente vinculados ao trabalho profissional do sociólogo agravam este problema. (BALTAR, 2013, n.p.)

De qualquer forma, estudos recentes mostravam que o número de sociólogos em atuação era restrito, mas que havia constante oferta de vagas de emprego para pessoas nesta função. Deixando claro também que “há um mercado de trabalho para sociólogos. Há uma demanda de empresas e instituições pelo trabalho que o sociólogo é capaz de efetuar” (BALTAR; BALTAR, 2017, p. 280).

Nesta outra perspectiva temos dados mais animadores a respeito da necessidade de egressos desta área profissional no seu mercado correspondente. Notamos que há vagas disponíveis para a atuação destes profissionais, mas que muitas vezes falta pessoal interessado e/ou qualificado para ocupá-las. Já que em geral também disputam estas vagas com profissionais de outras áreas. E este é um consenso quando falamos de problemas nesta relação de formação de egressos e proporção de acolhimento do mercado.

Um outro artigo publicado em 2017, este de Fabio de Medina Gomes e Gustavo Cravo de Azevedo, intitulado *Reflexões sobre mercado de trabalho para cientistas sociais e*

pressões por mudanças curriculares parece contribuir com este debate, deixando claro que existem inúmeras “tensões entre atores que seguiram as três diferentes trajetórias dentro das Ciências Sociais” (2017, p. 93) que eles consideram: a pesquisa, o ensino escolar e - o que eles chamam de - “outras atuações”. E que essas tensões prejudicam uma possível reformulação da organização dos cursos que oferecem formação para este ofício.

É necessário verificar se as propostas de mudanças curriculares apresentadas, fruto da disputa entre as áreas de atuação, serão capazes de redefinir o caráter e a natureza da formação, ao propor o sociólogo como um profissional liberal, se serão capazes de ter a força necessária para alterar o quadro que lhe é desfavorável. Ainda que esse debate não ganhe amplitude dentro de toda a comunidade de cientistas sociais, trata-se de (re)organização importante de atores interessados no debate da empregabilidade. (GOMES & AZEVEDO, 2017, p. 106)

Os autores não deixam muito claro quais seriam estas áreas denominadas “outras atuações”, mas deixam evidente que elas representam uma área vasta de atuação profissional que se beneficiaria com uma certa reformatação dos cursos que formam estes indivíduos.

Não é que as Ciências Sociais tenham que ser dominadas pelo mercado e a sua preocupação deve ser única e exclusivamente profissionalizante, mas acreditamos que se existe um mercado de trabalho, precisamos olhar para a formação dos futuros profissionais. Não há nada de mau em fazer uma espécie de autoavaliação dos cursos de formação brasileiros e de como eles têm se relacionado com estas outras possibilidades de atuação profissional dos sociólogos no Brasil.

Há relativamente pequeno número de pesquisas sobre empregabilidade em Ciências Sociais e há também relativamente pequeno número de pesquisas sobre a evasão do curso. O acesso, a permanência e a empregabilidade nas Ciências Sociais são temas de grande importância e que carecem de maior atenção e de maior número de estudos. (GOMES & AZEVEDO, 2017, p. 106)

Dessa forma, evidenciam - e pensamos da mesma forma - que é necessário cada vez mais estudos sobre este vasto tema, para que possamos dialogar cada vez mais sobre as inúmeras possibilidades de formação e inserção no mercado. Esta é também uma das principais intenções do trabalho aqui proposto.

Enfim, são muitas possibilidades de atuação, por isso defendemos uma formação mais diversificada, que envolva a possibilidade de preparação destes egressos para um mercado profissional extremamente heterogêneo.

Parece evidente que o problema não é a ausência de campos para estes profissionais atuarem, pois, o mercado de trabalho aparenta necessitar de mão de obra diversificada. Ele passa muito mais pela concorrência com outras áreas, pela falta de órgãos responsáveis pela fiscalização e por uma possível lacuna na formação dos bacharéis brasileiros. Motivadas principalmente pelas contradições já apresentadas da lei.

Esta possível lacuna na formação destes profissionais, se desenvolve no processo de institucionalização destas ciências no Brasil e ela também não aparenta ser uma dificuldade exclusivamente brasileira, parece ocorrer da mesma forma na Argentina, como nos lembra Juan Pedro Blois (2014) em seu artigo intitulado *A sociologia como profissão no Brasil e na Argentina. Formação, organização e intervenção dos sociólogos*, pois segundo ele, o “êxito institucional não implica na ausência de fortes divergências na hora de conceber a natureza ou o status da sociologia e o papel do sociólogo na sociedade” (BLOIS, 2014, p. 6).

Em Portugal, por sua vez, Costa e Mauritti (2014) afirmaram em uma palestra intitulada *Formação e empregabilidade dos sociólogos em Portugal: uma perspectiva comparada nas ciências sociais* para o VIII Congresso português de Sociologia que:

Por um lado, a sociologia enquanto ciência e campo de conhecimento, na sua vertente de questionamento e problematização do supostamente óbvio (mas, na verdade, frequentemente incompreendido ou ignorado), por vezes perturba pressupostos arbitrários da experiência social e incomoda poderes instalados. Por outro lado, alguns argumentam que os diplomados em sociologia “não servem para nada”. Afirmam não conseguir identificar as competências dos sociólogos e os impactos da sua atividade na esfera profissional. (COSTA; MAURITTI, 2014, p. 5)

Na sociologia americana, de acordo com Mirhan (2015) a situação é bem distinta da destes locais supracitados. “O grau de enraizamento e institucionalização da ciência e da profissão é infinitamente superior à que temos no Brasil. Empresas de todos os segmentos, acima de 200 empregados, costumam contratar Sociólogos para atuar em diversos setores”. (MIRHAN, 2015, p. 25)

Em todos estes lugares, estes variados aspectos e elementos se desenvolveram em uma estreita relação com o desenvolvimento dos Estados onde estes cursos e esta profissão se institucionalizavam. Mais uma vez notamos um campo em extrema disputa e essa falta de clareza já citada contribui muito para o surgimento de inúmeras incertezas a respeito do mercado de trabalho.

Voltamos a reiterar que ao que tudo indica, em nosso país, esse processo privilegiou uma relação mais estreita com o lado teórico da profissão, pois os cursos apresentam

declaradamente uma extensa carga de leitura e domínio teórico-metodológico, mas com pouca clareza em relação às possibilidades práticas de desenvolvimento teóricos e/ou metodológicos.

Dessa forma, temos um panorama do desenvolvimento da profissão. Este aparenta confirmar a nossa hipótese de que há a predominância de um padrão de formação que, de certa forma, prestigia uma grande preocupação com o domínio teórico. Em algumas poucas exceções não fica tão evidente um direcionamento para uma preparação mais apontada para o exercício de uma carreira de pesquisa científica acadêmica ou para o exercício docente em detrimento do trabalho em outras áreas, como em políticas públicas ou em pesquisas de mercado, por exemplo. Mas é verdade que estas determinações não são colocadas de forma clara nos PPCs. E essa falta de clareza poderia estar dificultando a preparação dos egressos para seu ingresso em um mercado de trabalho disputado, constantemente, com profissionais oriundos de outras áreas de formação.

2.3 O padrão de formação do sociólogo no Brasil

Nesta seção, além de tentarmos mostrar o que estas IES têm a dizer sobre as características do ofício para o qual formam, também queremos saber o que pensam a respeito do mercado de trabalho na área de atuação específica que oferecem, e por fim, como idealizam seus cursos em relação à formação oferecida. Elementos estes que se materializam em seus PPCs, e que podem evidenciar essa possível lacuna na formação destes futuros profissionais.

Já explicamos na introdução como procedemos para fazer a seleção de IES que ofereciam a formação nos cursos especificados. Já explicitamos também todos os descartes e a inclusão que fizemos, ficando ao todo com 64 IES selecionadas para a análise. Destas, encontramos documentos de aproximadamente 70% destas instituições - mais precisamente, de 43 delas.

Expressamos de antemão que este é o primeiro indicativo desta última parte da pesquisa, pois não achávamos que teríamos tanta dificuldade para conseguir o acesso aos documentos analisados, pois acreditamos que deveriam ser públicos. Foi mais fácil encontrá-los buscando na internet pelos termos: Projeto Pedagógico + Sigla da IES + Ciências Sociais, do que nas páginas oficiais destes cursos.

Outra coisa que notamos é que muitas instituições parecem não fazer uma revisão de seus PPCs há bastante tempo. Nas escolas de Ensino Básico, trazendo a minha experiência

mais uma vez, estes documentos têm que ser revisados a cada 3 anos - aparentemente não notamos esta cultura no Ensino Superior.

De todos os documentos encontrados - que foram 43 - apenas 7 deles eram muito atuais, sendo eles feitos nesta década (a partir de 2020); 26 deles foram formulados na década passada (entre 2010-2019); outros 8 foram escritos na década de 2000-2009; e, finalmente, restaram 2 documentos que não apresentaram suas respectivas datas de formulação, não sendo possível precisar este dado, a saber PPC UFRB e PPC UFFRJ (aparecem com a sigla NE (não encontrado) no quadro abaixo).

Apresentamos este resultado no Quadro 1, com o ano respectivo de cada documento encontrado em sua versão mais recente:

Quadro 1 - Ano do PPC

Informações IES		Matriz
SIGLA	UF	Ano do PPC
UFAC	AC	2017
UFAL	AL	2018
UFAM	AM	2018
UNIFAP	AP	2013
UNEB	BA	2011
UFBA	BA	2008
UNIVASF	BA	2015
UFRB	BA	NE
UFC	CE	2005
UNB	DF	2019
UFES	ES	2021
UFG	GO	2020
UFMA	MA	2014
UFV	MG	2018
UFU	MG	2018
UFJF	MG	2012
UNIFAL	MG	2020
UEMS	MS	2018
UFGD	MS	2016
UFMT	MT	2013
UFPA	PA	2011
UFPB	PB	2006
UFPE	PE	2015
UFPI	PI	2021

UEL	PR	2018
UEM	PR	2018
UFPR	PR	2019
UERJ	RJ	2013/2014
UFRRJ	RJ	NE
FGV	RJ	2019
UFRN	RN	2004
UNIR	RO	2006
UFRR	RR	2003
UFPEL	RS	2015
UNIPAMPA	RS	2015
UFSC	SC	2003/2006
UFS	SE	2023
UFSCAR	SP	2004
UNICAMP	SP	2015
UNESP/ARA	SP	2021
UNESP/MAR	SP	2018
UNIFESP	SP	2022
UFT	TO	2014

Fonte: PPCs. Elaboração própria.

Registramos que a dificuldade de acesso aos PPCs não só prejudica a pesquisa como demonstra a falta de atenção das IES para com documentos tão relevantes, que devem ser elaborados coletivamente, lançando perspectivas itinerantes de ações em uma gestão democrática.

Os PPCs devem ser entendidos como um material que tem por finalidade organizar, registrar e orientar as instituições na sua tarefa educacional. Porém muitas vezes é visto como “letra morta”, como um exercício penoso e extremamente burocrático. Quando na verdade deveria ser um documento que, além de formulado de maneira coletiva - de acordo com a LDB de 1996 -, deve também ser de conhecimento de todos os que estão, de alguma maneira, envolvidos com a instituição, uma vez que devem constar ali as diretrizes que organizam os cursos em cada uma delas.

Temos uma cultura que não favorece a leitura do PPC nas universidades e a não divulgação destes documentos por quase um terço das IES pesquisadas evidencia este problema que parece ser ainda muito recorrente no Brasil. Por isso fazemos uma reflexão acerca disto aqui também, para quem sabe talvez contribuir com uma mudança neste panorama habitual brasileiro.

Pois por outro lado, estes documentos também nos apresentam possibilidades animadoras, pois eles são responsáveis por traçar o possível futuro. Claro que as IES não estão livres das determinações – que muitas vezes estão acima das próprias instituições - como já evidenciamos antes neste trabalho. Mas não estamos falando de anomia e sim de autonomia, gestão democrática e trabalho de equipe, visando sempre a aprendizagem dos estudantes e a qualidade da sua formação.

O PPC não pode ser um documento sagrado, ele precisa ser constantemente retomado e avaliado, em um processo de análise, constatação e intervenção, sempre que necessário. Favorecendo desta maneira, um maior debate a respeito da formação dos sociólogos no Brasil e uma ampliação das possibilidades de formação e de preparação destes profissionais para o mercado de trabalho, isso tudo pelas próprias IES através de seus PPCs.

Apesar deste diálogo mencionado acima ser de muita importância, o ponto chave aqui é saber o que os documentos que foram encontrados têm a dizer sobre alguns pontos, que de certa forma já analisamos nas seções anteriores, mas ali em um debate com o que têm sido produzido pela academia nos últimos anos em um processo de revisão bibliográfica. E agora pretendemos continuar este debate, relacionando-o com tudo o que dizem estes documentos.

Parece que temos um resultado que não nos parece surpreendente, pois os indícios apresentados no trabalho - como por exemplo, naquele depoimento de um estudante no ano de 2002 ou por vezes na própria revisão bibliográfica - já nos apontavam esta perspectiva.

Mas não poderíamos afirmar algo desta natureza, sem antes termos uma confirmação amparada pelo rigor teórico, prático e metodológico característicos de qualquer ciência, inclusive, destarte, as sociais.

Assim, para chegar a conclusões satisfatórias, erigimos o nosso estudo levando em consideração alguns elementos que ponderamos importantes para o exame em questão - e que de certa forma já foram evidenciados ao longo do trabalho - para esta aferição, definimos as matrizes de análise da seguinte forma:

Para tratar das características do ofício, resolvemos analisar o que os documentos tinham a dizer sobre o ofício ou a profissão de sociólogo (e acabamos incluindo aqui também, na análise dos PPCs, o termo “cientista social”⁹) e qual é a ideia que se tem a respeito das características deste ofício em sua relação com a teoria, a prática e/ou a aplicação.

⁹ Já que a maioria dos documentos são de universidades que oferecem o curso de bacharel em Ciências Sociais, muitas vezes tratam da profissão de cientista social e não especificamente a de sociólogo, embora apenas a última tenha uma regulamentação legal. Vamos considerar ambas as determinações em nossas buscas neste trabalho, já que o bacharel em Ciências Sociais pode ser um sociólogo se quiser.

Para tratar do mercado de trabalho, resolvemos analisar o que os documentos tinham a dizer sobre campo profissional para sociólogos e/ou cientistas sociais (mesmo caso da nota 9) e sobre o mercado profissional: se não foi citado no documento ou se foi considerado incerto, se foi citado como um mercado ainda em desenvolvimento ou se ainda foi visto como desenvolvido e aquecido.

Por fim, para tratar das características da formação, subdividimos o nosso foco, olhando tanto para o perfil do egresso e os objetivos do curso - tópicos presentes na organização de praticamente todos os PPCs analisados -, quanto para a presença ou não de estágio profissional. No primeiro momento, intentamos compreender qual é o perfil de formação dos cursos analisados, no que diz respeito principalmente ao domínio teórico, prático, metodológico e/ou - em raríssimos casos - aplicado¹⁰. No segundo momento, buscamos descobrir, simplesmente, se o estágio era colocado como facultativo, obrigatório ou se ainda nem sequer foi citado - apesar de ser um elemento não obrigatório, segundo a legislação brasileira, entendemos que poderia representar uma possibilidade a mais para a formação integral do sociólogo - conforme já explicitamos acima.

Assim, apresentaremos nossos resultados em três subseções, a saber: as características do ofício; as características do mercado de trabalho; as características da formação. Sempre, conforme já exposto, em constante diálogo com tudo o que conseguimos aferir a partir de nossa revisão bibliográfica.

2.3.1 As características do ofício

Diante de tudo o que foi exposto até agora, não fica claro e evidente quais são as características do ofício que vem a se desenvolver com o surgimento desta nova área de conhecimento. Ao que tudo indica, temos o incremento de uma ciência que poderia envolver o desenvolvimento teórico, o rigor metodológico, o trabalho prático e a aplicação destes conhecimentos, mas sem tanta clareza e definição no debate epistemológico.

Ao analisarmos os dados oriundos dos PPCs selecionados, resolvemos focar no que os documentos tinham a dizer sobre o ofício ou a profissão de sociólogo (ou cientista social –

¹⁰ A teoria é a construção do objeto por meio da revisão bibliográfica e análise de dados; a prática são os meios necessários para o trabalho de campo, a coleta de dados e a revisão bibliográfica; a metodologia trata do processo para se atingir um determinado fim ou para se chegar ao conhecimento e a aplicação seria a proposição e a implementação de soluções para problemas sociais determinados, a partir da pesquisa de campo infirmada pela teoria social.

conforme já exposto na nota 9) e qual é a ideia que se tem a respeito das características deste ofício ou profissão.

Resolvemos não apresentar o painel de visualização desta análise, pois os resultados não foram conclusivos. Apenas duas IES apresentaram em seus PPCs uma clareza em relação ao ofício ou profissão.

As demais, quase não traziam em seus documentos a expressão ofício ou sociólogo em seu conteúdo. Quando eram raramente citadas ou estavam isoladas e fora de contexto - contexto da pesquisa, no caso. A princípio, não vemos um problema nisto, pois é um termo que não é tão comum de ser utilizado. Por isso também buscamos pelo termo profissão, também associado ao termo sociólogo.

Mais uma vez tivemos praticamente o mesmo resultado da busca anterior, ou o termo estava na bibliografia no nome de alguma obra referência ou ao tratar a trajetória do desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil, estava relacionado a citação da lei já tratada aqui, trazendo trechos da própria legislação.

A partir desse momento, começamos a enxergar um problema, pois percebemos que a maioria dos documentos não traziam em seu conteúdo uma referência às características deste ofício ou profissão, mesmo formando seus estudantes para o tal. Muitas vezes estes termos não estavam nem presentes nestes PPCs analisados.

Fora isso, como já ressaltamos, ou eram encontrados muitas vezes, nas seções bibliográficas de algum conteúdo programático, de alguma das disciplinas que o curso oferecia, em geral, no nome de alguma obra referência, como mostramos a seguir na figura 5; ou eram citadas juntamente com a lei nº 6.888, caso que evidenciaremos na figura 6, como um exemplo do que foi encontrado.

FIGURA 5 - Captura de um trecho do PPC UFRRJ com as palavras profissão e ofício destacadas

BOURDIEU, P. **A ilusão biográfica**. In: Ferreira, Marieta (Org.) Usos e abusos da história oral. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. **A profissão de sociólogo. Preliminares epistemológicas**. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

BOURDIEU, P; CHAMBOREDON, J-C.; PASSERON, J-C. **O Ofício do Sociólogo. Metodologia da Pesquisa na Sociologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

(Fonte: PPC UFRRJ)

FIGURA 6 - Captura de um trecho do PPC UFAM com a palavra sociólogo destacada

2.1.2.2 Campos de Atuação Profissional

Os campos de atuação e as competências dos cientistas sociais podem ser verificadas na Lei Nº 6.888, de 10 de dezembro de 1980, que dispõe sobre o exercício da profissão de **Sociólogo** e dá outras providências:

Art. 2º É da competência do **Sociólogo**:

I - elaborar, supervisionar, orientar, coordenar, planejar, programar, implantar, controlar, dirigir, executar, analisar ou avaliar estudos,

(Fonte: PPC UFAM)

Apesar de não apresentarmos o painel referente a esta análise, estudamos os documentos e encontramos algumas referências que nos permitiram fazer apontamentos importantes para esta parte da pesquisa.

A principal evidência é que essa falta de clareza a respeito das características deste ofício ou profissão também chega aos documentos analisados. Percebemos que muitas vezes, o estudante que deseja seguir esta carreira não pode ter clareza sobre as características desta profissão, pois as próprias IES que os formam também não as tem. Já que o próprio processo de institucionalização também não teve esta clareza e uma coisa é consequência da outra.

Enquanto alguns documentos trazem clareza ao afirmar que as atividades deste ofício estão relacionadas tanto ao domínio teórico e prático, quanto à possibilidade de aplicação dos conhecimentos descobertos pela pesquisa na melhoria da condição de vida social. Como fica evidente nos trechos abaixo: “(...) farão isso de forma a contribuir, por meio de sua aplicação e divulgação pública, precisa e correta, para melhorar as condições de vida dos seres humanos” (PPC UFG, p. 16); “comprometido com a melhoria das condições de vida da maioria da população” (PPC UFAC, p. 28).

Outros PPCs trazem as seguintes informações: “o trabalho dos sociólogos é predominantemente intelectual” (PPC UFSCAR, p. 10) e “sólida formação teórica como um princípio fundamental a ser considerado na educação do profissional” (PPC UFPA, p. 10). Ambos destacam as já referidas características teóricas deste ofício. E de certa forma justificam a ausência de um desenvolvimento prático e/ou aplicado dentro destes respectivos cursos.

Esta falta de precisão sobre a própria profissão, não estaria preparando o sociólogo adequadamente para concorrer em um mercado disputado com outras áreas, que inclusive têm essa preparação prática e até aplicada, como no caso da administração, por exemplo.

No geral, os documentos passam a visão de uma carreira cheia de desafios, onde o egresso pode atuar em diversas áreas, nenhuma específica, pois se não há clareza no ofício, como haveria de haver na formação ou na definição de um mercado de trabalho. “Ainda que não exista um campo profissional bem delimitado em relação às competências do cientista social, a formação de bacharel lhe possibilita atuar em instituições públicas, especialmente em atividades relativas à gestão, além de empresas privadas, entidades filantrópicas e organizações não governamentais” (PPC UFAL, p. 26).

O problema - e não sabemos bem se é mesmo um problema *ipsis litteris* ou se no sentido de ter que ser considerado e colocado em questão -, é que temos uma lei que define algumas ocupações específicas, define cursos em bacharel específicos que exclusivamente podem formar esses tais sociólogos. Cria uma carreira, cria um trabalho, cria um ofício. E ainda define quem pode formar para tal.

Um dos primeiros indicativos da pesquisa foi de que seria muito necessária uma reformulação desta lei, tão defasada atualmente. Mas enquanto não temos esta resolução, acreditamos que quem pode formar, têm que levar em conta todas as possíveis nuances de atuação de um sociólogo e não priorizar aspectos específicos de formação para esta profissão.

De acordo com Mirhan (2015) existe uma carreira: o bacharel em ciências sociais é o sociólogo. Assim como o bacharel em ciências contábeis é o contador, o bacharel em ciências médicas é o médico e o bacharel em ciências jurídicas é o advogado.

Se as possibilidades de ação do cientista social vão muito além desta carreira específica, sua formação não deveria parecer ser também tão específica.

Dentre os documentos analisados, a maioria esclarece as características da profissão, alinhado ao que está disposto na lei brasileira e na CBO, ressaltando de maneira resumida que: “trata-se de uma profissão que exige senso crítico, visão ampla da sociedade e capacidade para o exercício de atividades de pesquisa, planejamento e assessoria técnico-científica em agências privadas e governamentais” (PPC UFGD, p. 1).

Essa é uma definição que também se alinha a um entendimento mais geral a respeito dos cursos nas áreas de ciências sociais, sociologia e/ou sociologia e política, que estes seriam cursos com uma formação mais “ecclética”, que permitiriam também uma formação sólida para a atuação em várias áreas de trabalho ou até mesmo para a evolução pessoal e/ou profissional do indivíduo.

Em um dos PPCs encontramos também a seguinte afirmação, que justifica este argumento apresentado acima: “a baixa incidência do fator ‘expectativa profissional’ parece estar relacionada, entre outros fatores, ao significativo número de alunos(as), já inseridos no mercado de trabalho, que procuram o curso para a aquisição de cultura geral ou para alargar seu horizonte profissional” (PPC UFSC, p. 23).

Ou seja, muitas pessoas buscam o curso como uma formação acadêmica geral, sem tanto interesse nas ocupações definidas pela CBO, por exemplo.

Concluimos que, por um lado, isso tudo pode mais uma vez evidenciar essa falta de definição, ou ao menos essas confusões na definição, que recorrentemente aparecem no próprio debate epistemológico e que influenciaram e influenciam a trajetória da institucionalização destas ciências até os dias atuais.

Por outro, pode ser positivo, pois mesmo que a definição do ofício, a reserva de mercado de trabalho e a formação para sociólogos não sejam coisas tão claras e evidentes, elas existem e são reais.

Portanto a proposição de um debate ampliado sobre tudo isso só viria a contribuir com o desenvolvimento deste ofício, seu mercado de trabalho, sua legislação e reserva de mercado e, a proposição de uma formação mais integral. Tudo isso, por fim, poderia contribuir para a busca de novos caminhos para estas ciências como um todo.

Em suma, as ideias apresentadas nos documentos a respeito das características do ofício em questão parecem corroborar com as imprecisões presentes no próprio debate epistemológico. Não temos uma definição clara sobre as ciências, portanto parece que não temos também definições tão claras sobre o padrão de formação e muito menos das reservas de mercado, entre outras coisas. O que sempre representa também a possibilidade de construirmos soluções novas para problemas antigos.

2.3.2 As características do mercado de trabalho

O panorama apresentado até agora mostra que existe sim um mercado de trabalho desenvolvido e aquecido para os egressos dos cursos de bacharel em Ciências Sociais, Sociologia e Sociologia e Política.

Ao analisarmos os PPCs buscamos olhar o que tinham a dizer sobre o campo de atuação profissional para indivíduos que tenham ao menos uma destas formações específicas. Nossa matriz de análise buscou pelos termos: mercado de trabalho ou profissional e campo de trabalho ou profissional.

Desse momento em diante procuramos observar o que as IES tinham a dizer em relação a este mercado: se não foi citado no documento ou se foi considerado incerto, se foi citado como um mercado ainda em desenvolvimento ou se ainda foi visto como desenvolvido e aquecido.

Notamos que a maioria das IES ou declararam este mercado de trabalho como um mercado incerto ou ainda, não esclareceram nada a respeito de sua possibilidade. Das 43 universidades analisadas, 30 se encontraram nesta parcela e entre aquelas que apontaram um mercado de trabalho ainda incerto, destacamos alguns trechos que evidenciam este panorama: “um mercado de trabalho dinâmico e destinado a se reconfigurar permanentemente” (PPC UFAM, p. 16) ou “as condições para sua eficaz realização ainda eram incipientes e o mercado de trabalho para cientistas sociais ainda extremamente rarefeito” (PPC UFSC, p. 11). No entanto, o que fica mais evidente é que a maioria dos documentos nem sequer aborda este elemento em sua organização, perspectiva nada animadora para os egressos destes cursos.

Representamos os resultados no Quadro 2 a seguir:

Quadro 2 - Características do Mercado de Trabalho

Informações IES		Matrizes		
SIGLA	UF	Incerto ou não citado	Ainda em desenvolvimento	Desenvolvido e aquecido
UFAC	AC		X	
UFAL	AL	X		
UFAM	AM	X		
UNIFAP	AP	X		
UNEB	BA	X		
UFBA	BA		X	
UNIVASF	BA		X	
UFRB	BA	X		
UFC	CE	X		
UNB	DF		X	
UFES	ES	X		
UFG	GO	X		
UFMA	MA		X	
UFV	MG	X		
UFU	MG	X		
UFJF	MG	X		
UNIFAL	MG	X		
UEMS	MS		X	

UFGD	MS			X
UFMT	MT	X		
UFPA	PA			X
UFPB	PB	X		
UFPE	PE	X		
UFPI	PI		X	
UEL	PR	X		
UEM	PR	X		
UFPR	PR		X	
UERJ	RJ	X		
UFRRJ	RJ	X		
FGV	RJ		X	
UFRN	RN	X		
UNIR	RO	X		
UFRR	RR	X		
UFPEL	RS	X		
UNIPAMPA	RS	X		
UFSC	SC	X		
UFS	SE	X		
UFSCAR	SP		X	
UNICAMP	SP	X		
UNESP/ARA	SP	X		
UNESP/MAR	SP			X
UNIFESP	SP	X		
UFT	TO	X		
Total				
43		30	10	3

Fonte: PPCs. Elaboração própria.

Outros 10 documentos expressaram a existência de um mercado de trabalho ainda em desenvolvimento, com uma perspectiva recente de ampliação, mais ainda com certa indefinição. Como nos mostram os trechos a seguir: “caráter diversificado e em processo de expansão/diferenciação do mercado de trabalho na área das Ciências Sociais” (PPC – UFMA, p. 12); “o mercado de trabalho para os cientistas sociais ainda não é amplo o suficiente para abrigar todos os formandos, embora as tendências profissionais estejam se ampliando e novos campos de atuação estejam sendo criados (...). Apesar do mercado restrito, é incontestável a presença cada vez maior dos cientistas sociais nos debates sobre os problemas da realidade social e política do país, nos organismos de pesquisa, nos meios de comunicação, nas universidades, nos órgãos governamentais, e no cenário político nacional” (PPC UFSCAR, p.

11) e “mercado de trabalho que está em franca expansão, e que irá exigir um profissional cada vez mais qualificado para atuar em parceria com outras áreas de conhecimento” (PPC UFAC, p. 26). Esses trechos evidenciam a perspectiva de um mercado em desenvolvimento e ampliação, o que apresenta um panorama que, a princípio, parece ser bastante animador para os egressos destes cursos.

Apenas em 3 documentos encontramos uma perspectiva extremamente positiva a respeito deste mercado de trabalho e de sua capacidade de absorção dos sociólogos. Esses apontamentos ficam explícitos nos trechos a seguir: “Trata-se de uma profissão que exige senso crítico, visão ampla da sociedade e capacidade para o exercício de atividades de pesquisa, planejamento e assessoria técnico-científica em agências privadas e governamentais, cujo mercado de trabalho apresenta-se como promissor na região da Grande Dourados e em outras regiões de Mato Grosso do Sul, do país e do Mercosul” (PPC UFGD, p. 13); “hoje, um novo e florescente campo de trabalho vem se constituindo para o cientista social: ele encontra espaço nos três níveis de governo do setor público, que precisam pautar suas ações em um processo negociado com a sociedade e com as comunidades, bem como precisam aperfeiçoar a produção de políticas sociais; nas empresas, cada vez mais envolvidas em ações de responsabilidade social; composto de organizações não governamentais dedicadas ao desenvolvimento de intervenções sociais” (PPC UFPA, p. 22); e “mercado de trabalho existente e possível e as possibilidades abertas pela lei que regulamentou a profissão de Sociólogo, que apontou caminhos para as áreas de planejamento, recursos humanos e marketing” (PPC UNESP/MAR, p. 6).

Essas IES citadas apresentam uma perspectiva de um mercado de trabalho aquecido e desenvolvido, o que apresenta uma perspectiva ainda mais animadora para os egressos destes cursos.

No entanto, no geral, percebemos que a expressão mercado ou campo de trabalho é muito pouco citada nos PPCs dos cursos em questão, parece que a maioria dos documentos não apresentam muitas perspectivas de atuação no mercado de trabalho, aparentando deixar mais claro que essa deve ser uma preocupação do próprio egresso, aproveitando a diversificação da formação ofertada para encontrar saídas para atuar nos mais diversos setores da sociedade.

Importante ressaltar que a maioria dos PPCs não expressaram muitos apontamentos sobre como seria o mercado de trabalho para os egressos, se não a inserção na carreira acadêmica e/ou como docente no ensino fundamental e médio, principalmente nos casos das IES que oferecem concomitantemente as formações em ambas as modalidades: bacharel e

licenciatura¹¹. Temos então um panorama majoritário que não apresenta uma perspectiva muito animadora para os egressos destes cursos.

Não vemos outro caminho que não aquele apresentado por Gomes e Azevedo (2017) e que achamos por bem retomar aqui: é necessário cada vez mais estudos sobre este vasto tema, para que possamos dialogar cada vez mais sobre as inúmeras possibilidades de formação e inserção no mercado, além de refletirmos é claro sobre este próprio mercado de trabalho, sua regulamentação, sua reserva etc.

2.3.3 As características da formação

Diante de toda a análise dos PPCs, nossa primeira constatação é de que as IES brasileiras - diante do evidente atraso das determinações da legislação e das contrastantes características erigidas durante todo o processo institucional - ainda oferecem uma formação que visa sempre a ajudar o estudante a se colocar diante de um mercado de trabalho altamente dinâmico e disputado.

O trecho a seguir evidencia isto: “a melhor formação acadêmica possível, de profissionais que encontrem colocação no mercado de trabalho, sem se verem submetidos ou conduzidos pela lógica de um mercado que se apresenta em nome da sociedade, estimulando o espírito crítico e emancipatório próprio das Ciências Sociais” (PPC UFSC, p. 11-12).

Essa parece ser a situação encontrada na maioria dos PPCs analisados, e para aferirmos o grau de formação materializado nestes documentos, construímos nossas matrizes de análise da seguinte forma: em um primeiro momento, focamos nosso estudo em duas partes presentes em praticamente todos os PPCs - os objetivos do curso e o perfil do egresso.

Neste ponto, o nosso intuito era compreender qual é ou quais são a(s) característica(s) do(s) profissional(is) formado(s), em sua relação com as partes teóricas, práticas, metodológicas e/ou - em raríssimos casos - aplicadas deste complexo e, por vezes, incerto ofício.

Os resultados estão no Quadro 3, apresentado a seguir:

Quadro 3 - Características da formação 1 (Perfil de formação)

Informações IES		Matrizes			
SIGLA	UF	Teórica	Prática	Metodológica	Aplicada

¹¹ Seria importante ressaltar que recomendamos sempre que o estudante tente a formação estendida, tanto para bacharel como para licenciatura, pois isso também amplia o leque de atuação dos egressos destes cursos e a sua inserção neste amplo mercado de trabalho.

UFAC	AC	X		X	
UFAL	AL	X	X		
UFAM	AM	X	X	X	X
UNIFAP	AP	X	X	X	
UNEB	BA	X	X	X	X
UFBA	BA	X	X	X	
UNIVASF	BA	X	X	X	X
UFRB	BA	X	X	X	X
UFC	CE	X	X	X	
UNB	DF	X		X	
UFES	ES	X	X	X	
UFG	GO	X	X	X	X
UFMA	MA	X	X	X	
UFV	MG	X	X	X	
UFU	MG	X	X	X	
UFJF	MG	X	X	X	X
UNIFAL	MG	X	X	X	X
UEMS	MS	X	X	X	X
UFGD	MS	X	X	X	X
UFMT	MT	X	X	X	
UFPA	PA	X	X	X	
UFPB	PB	X	X	X	
UFPE	PE	X	X	X	
UFPI	PI	X	X	X	
UEL	PR	X	X	X	X
UEM	PR	X	X	X	
UFPR	PR	X	X	X	
UERJ	RJ	X		X	X
UFRRJ	RJ	X	X	X	X
FGV	RJ	X	X	X	X
UFRN	RN	X	X	X	X
UNIR	RO	X	X	X	
UFRR	RR	X	X	X	X
UFPEL	RS	X	X	X	
UNIPAMPA	RS	X	X	X	
UFSC	SC	X	X	X	X
UFS	SE	X	X	X	
UFSCAR	SP	X	X	X	
UNICAMP	SP	X	X	X	
UNESP/ARA	SP	X	X	X	
UNESP/MAR	SP	X	X	X	
UNIFESP	SP	X	X	X	

UFT	TO	X	X	X	X
TOTAL					
43		43	40	42	17

Fonte: PPCs. Elaboração própria.

De forma geral, os documentos corroboram a crença de que as IES conhecem as dificuldades na definição deste mercado de trabalho e oferecem a possibilidade de uma formação extremamente diversificada, que parece levar em conta o desenvolvimento teórico, metodológico e prático.

Ao analisarmos os dados originários dos PPCs selecionados, observamos que consta a preocupação - pelo menos escrita -, com uma formação capaz de preparar o profissional tanto para atuar no meio acadêmico, quanto em outras áreas possíveis de atuação. Como podemos notar nos trechos: “versatilidade profissional, em atenção às demandas e dinâmicas sociais e do seu campo profissional” (PPC UFV, p. 12); “o bacharel que formamos está tanto apto a se inserir no mercado de trabalho na qualidade de pesquisador (ou consultor), quanto habilitado a ingressar em cursos de pós-graduação, aprimorando sua formação acadêmica” (PPC UERJ, p. 17); “de forma a instrumentalizar seu aprendizado para o mercado de trabalho, como profissional qualificado para o mercado de trabalho acadêmico e não acadêmico” (PPC UFPR, p. 19).

Além de tudo isso, notamos que muitas IES ainda tiveram a preocupação de levar em consideração, contextos específicos - notamos esta regionalidade em vários trechos de diversos documentos - alguns destes trechos podem ser notados, pois foram citados em outros momentos deste texto.

Apesar de haver um mercado de trabalho para os egressos destes cursos analisados - mesmo que pareça que a maioria das IES não esteja de acordo com isto - e apesar de os PPCs apontarem uma possível preocupação com uma formação ampla, ao que tudo indica, a formação oferecida aos estudantes não contribui muito para que eles consigam ter tantas vantagens na disputa por este mercado de trabalho o qual, em certos momentos, não é exclusivo para os sociólogos, pois apesar de haver estas preocupações citadas, parece não haver uma clareza satisfatória de como estes elementos de formação múltipla seriam desenvolvidos dentro do curso.

Diante de toda a análise realizada, o que fica evidente, é que a organização dos cursos valoriza uma formação massivamente teórica, com densas cargas de leitura. Todas as 43 IES

analisadas destacam em seu texto a importância do pleno domínio do conhecimento teórico no desenvolvimento da profissão.

Cabe ressaltar que a ampla relação com o desenvolvimento teórico é unânime em todos os PPCs analisados. As ciências sociais são extremamente dependentes da teoria para se desenvolver, nossas teses são descritivas e analíticas e baseamo-nos muito na revisão bibliográfica. Estes documentos não podiam negar esta condição fundante destas ciências.

Mas é notório também que muitas vezes, esse desenvolvimento teórico está relacionado com a coleta de dados, organização, entrevistas, ou seja, envolve também o desenvolvimento de habilidades práticas. Essas habilidades por sua vez seriam facilmente desenvolvidas em atividades acadêmicas de extensão ou através do estágio profissional (pontos que trataremos mais adiante), por isso consideramos também que estas atividades deveriam ser ao menos mencionadas nestes documentos, nem que fosse como uma possibilidade.

Parece haver também, uma evidente preocupação com o domínio metodológico, principalmente teórico-metodológico. Quase todas as IES, 42 das 43 para ser mais preciso, apontam esta preocupação, como é possível ver no exemplo a seguir: “Dominar a bibliografia teórica e metodológica” (PPC UFPE, p. 9).

Apenas uma das universidades da tabela não explicitou esta preocupação de maneira tão evidente (PPC UFAL). As demais expressaram isto de forma muito constante em seus textos, sendo possível notar que trata de uma característica importante na formação oferecida aos egressos destes cursos, embora, da mesma forma que acontece com o desenvolvimento da prática, isto não parece estar colocado de forma clara e objetiva nestes documentos.

É bem verdade que aparenta haver quase um consenso a respeito da importância da prática neste processo de formação - apenas 3 IES do quadro não apresentaram isso de maneira veemente em seus textos (PPC UFAC, PPC UERJ e PPC UNB). No caso do documento da UERJ, que também não apresentou de forma concisa uma valorização da relação do estudante com a prática no bacharel, houve a evidência do desenvolvimento prático apenas na licenciatura, já que este é um curso que oferece a formação tanto em bacharelado quanto em licenciatura - onde a prática é obrigatória através de estágios de docência.

No entanto notamos que a maioria delas fala da prática, mais especificamente da prática social, como fica evidente nos trechos a seguir: “instrumentos necessários para estabelecer relações com a pesquisa e a prática social, tendo como objetivo estimular a autonomia intelectual do estudante, sua capacidade analítica e desenvolver sua sensibilidade

para uma profunda visão humanística” (PPC UFC, p. 17); “Competência na articulação entre teoria, pesquisa e prática social” (PPC UFES, p. 9); “formação teórico-metodológica sólida em torno das áreas que formam a identidade do curso (Antropologia, Ciência Política e Sociologia) e instrumentos para estabelecer relações com a pesquisa e a prática social” (PPC UFPB, p. 3); entre outros trechos não citados.

Além disso, em quase todos os casos analisados, de alguma forma houve ao menos a menção de uma possibilidade de desenvolvimento prático daquilo que foi aprendido ao longo do curso. Constatação que fica evidente mais uma vez nos trechos a seguir: “Favorecer a inserção estudantil no campo da prática de pesquisa, da intervenção social e política em Ciências Sociais” (PPC UNIVASF, p. 11); “necessário exercício do trabalho de campo, ao expor a prática do ofício do pesquisador simultaneamente à contínua reflexão explicativa sobre as realidades sociais” (PPC UFC, p. 14); “Diversas atividades são desenvolvidas, por meio de aulas teóricas, aulas práticas, projetos e atividades tutoradas para que os estudantes pensem de forma integrada e sejam capazes de consolidar seu conhecimento” (PPC UFV, p. 23); “a prática concreta das atividades de ensino em sala de aula e do trabalho com o coletivo escolar e a sociedade do entorno” (PPC UFGD, p. 18); “O Curso de Bacharelado em Ciências Sociais pretende formar profissionais de Ciências Sociais dotados de uma consistente fundamentação teórica, científico-cultural e de vivências de situações práticas, relacionadas às atividades de pesquisa acadêmica e de extensão nas Ciências Sociais, de modo a possibilitar que o bacharel em Ciências Sociais exerça de modo competente sua profissão” (PPC UFPA, p. 27). “destacamos a possibilidade de que sejam contempladas experiências práticas como componentes curriculares, bem como a diversificação de conteúdos nos diferentes eixos que compõem as disciplinas obrigatórias e optativas da área da sociologia” (PPC UFPR, p. 15); “Fornecer instrumentos para que os(as) estudantes possam estabelecer relações entre a pesquisa e a prática social” (PPC UFSC, p. 31); “oferece programas de apoio à docência e a projetos de pesquisa e extensão, com concessão de bolsas de atividade, monitoria, treinamento, extensão e iniciação científica, dando aos alunos alternativas de vivência enriquecedora e de prática profissional” (PPC UFSCAR, p. 40); “Fortalecer a articulação da teoria com a prática, valorizando a pesquisa individual e coletiva, assim como os estágios e a participação em atividades de extensão” (PPC UNESP/ARA, p. 9).

É verdade que muitos dos documentos não citam explicitamente a possibilidade do desenvolvimento prático dos conhecimentos teórico-metodológicos adquiridos, poucos documentos citam isto desta forma, o que acreditamos ser mais adequado, diante das necessidades da formação.

Algumas destas exceções são citadas a seguir: “proporcionar consistente capacitação teórico-prática que possibilite aos graduados autonomia intelectual, capacidade crítica, habilidades técnicas e criatividade para interpretar e adaptar-se às exigências contemporâneas” (PPC UFMA, p. 6); “O Curso de Bacharelado em Ciências Sociais da UFPR busca oferecer uma sólida formação teórica, metodológica e prática nas áreas que o compõe, como a Sociologia, a Ciência Política e a Antropologia e Arqueologia, e pauta-se pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (PPC UFPR, p. 19); “conhecimento teórico e das práticas de pesquisa” (PPC UFRRJ, p. 7); “Promover a reflexão sistemática sobre o conhecimento adquirido através de experiências práticas em conexão com conteúdos teóricos” (PPC UFSC, p. 32).

Estes trechos apresentam uma definição mais clara do que seria necessário para possibilitar uma formação mais integral do sociólogo. Acreditamos que a implementação de possibilidades do desenvolvimento prático daquilo que é dominado teórica e metodologicamente poderiam contribuir para uma formação ainda mais capaz de fazer o aluno enfrentar este caminho que “envolve, dentre outras coisas, uma percepção de si do cientista social, não apenas como cientista, mas como ator social e histórico, como cidadão. Esse é o contexto que se abre à atuação do bacharel em Ciências Sociais, um contexto marcado muito mais por desafios do que soluções previsíveis” (PPC UFSCAR, p. 13).

No entanto, muitas vezes estas proposições parecem mais um apelo do que a proposição de possibilidades claras e objetivas de como este desenvolvimento prático se daria e, mesmo quando há uma divisão clara da carga horária destinada, tanto ao desenvolvimento teórico quanto prático - como podemos notar no trecho: “Da carga horária de conteúdos disciplinares, temos 1800 horas de aulas teóricas e 240 horas de atividades práticas” (PPC UNIVASF, p. 17) -, aparentemente esta divisão prioriza o desenvolvimento de disciplinas teóricas, restando pouco para as disciplinas práticas.

Em outras vezes, parece haver uma tentativa de relacionar este desenvolvimento de habilidades práticas com o desenvolvimento do TCC, como nos trechos a seguir: “o aluno opta no último semestre, sob orientação de um professor do quadro, por um estágio supervisionado com apresentação de um relatório da atividade realizada, ou elabora um trabalho de conclusão de curso (TCC). (...). É possível, também, o cumprimento de estágio curricular supervisionado do aluno em outras organizações não acadêmicas, sob a orientação de um professor do curso” (PPC UFSC, p. 15); “Assim, a pesquisa torna-se a chave da formação do cientista social, consistindo sua aplicação e divulgação no próprio exercício profissional - como técnico, docente ou pesquisador. (...). As tarefas práticas que advêm daí,

assim como os campos possíveis de trabalho, serão acertados conforme o modo de relação estabelecido pela pesquisa com o ensino e a extensão, e coletivamente determinado pela comunidade acadêmica que compõe o Curso.” (PPC UFC, p. 6).

Essa proposta de sugerir disciplinas mais práticas orientadas para o TCC parece bastante plausível, pois o desenvolvimento de um TCC pode envolver habilidades com o trabalho prático e/ou aplicado do sociólogo, mas o problema poderia estar no fato de o estudante só se deparar com este tipo de situação, no final do Curso quando está elaborando o TCC, sem ao menos muitas vezes ter a possibilidade de um treinamento prático em uma disciplina anterior, que facilitaria muito o seu trabalho na produção do próprio TCC.

De qualquer forma, parece ficar evidente uma preocupação com a proposição de oportunidades para o desenvolvimento prático de certas habilidades específicas de atuação do sociólogo, ainda que na maioria das vezes não fique explícito como isso se dará de maneira efetiva na organização dos cursos.

Quando pesquisamos pela possibilidade de uma formação voltada para a aplicação dos conhecimentos dominados a partir de um desenvolvimento teórico-prático-metodológico, temos uma presença muito menor dentro do quadro analisado. Apenas 17 IES, das 43, apresentaram esta possibilidade em seus textos, como exemplos citamos dois trechos: “Favorecer a inserção estudantil no campo da prática de pesquisa, da intervenção social e política em Ciências Sociais” (PPC UNIVASP, p. 12); “Formar cidadãos capacitados para participar do processo de transformação da sociedade” (PPC UFRR, p. 12).

Estes textos também mostram uma possibilidade interessante, que poderia contribuir e muito com o desenvolvimento desta área como um todo no Brasil, desde sua formação até a ampliação de seu mercado de trabalho.

De maneira geral, poucas IES entendem isto como uma situação possível dentro das ciências sociais, talvez evidenciando mais uma vez, todo o resultado de uma disputa constante no campo que ainda não acabou.

Por um lado, os PPCs analisados parecem já anunciar uma mudança no panorama de formação, evidenciando uma preocupação com a preparação para um mercado de trabalho diversificado, além do meio acadêmico. Os dados levantados parecem confirmar que os cursos de formação não são mais tão especificamente teóricos, embora ainda fique evidente que esta é uma característica intrínseca desta formação. Por outro lado, apesar de encontrarmos uma preocupação quase unânime com a possibilidade de desenvolvimento de habilidades práticas durante a formação em bacharel, esta preocupação não parece ser colocada de maneira clara nos textos, da mesma forma o domínio teórico-prático ou

metodológico-prático. Mesmo assim, é importante ressaltar novamente que estes resultados não eram esperados e eles nos surpreenderam.

Ao pensarmos mais nas possibilidades de relação com a prática, outro ponto onde parece não haver concordância é a respeito da importância ou não do estágio profissional na formação destes profissionais. Há uma outra disputa no campo a respeito disto, gostaríamos de explicitar um breve relato a respeito deste debate.

Para ter um breve panorama a respeito do que as IES dizem, apresentamos um último quadro onde destacamos o que os documentos apontam sobre a possibilidade de o estágio acontecer na formação dos estudantes.

Para produzir este quadro, definimos a nossa matriz de análise destacando se o estágio era considerado obrigatório, facultativo ou se nem foi citado no documento.

Nosso resultado será exposto no Quadro 4 a seguir:

Quadro 4 - Características da formação 2 (Estágio profissional)

Informações IES		Matrizes		
SIGLA	UF	Estágio obrigatório	Estágio facultativo	Não citado
UFAC	AC		X	
UFAL	AL		X	
UFAM	AM		X	
UNIFAP	AP	X		
UNEB	BA	X		
UFBA	BA		X	
UNIVASF	BA		X	
UFRB	BA		X	
UFC	CE		X	
UNB	DF	X		
UFES	ES		X	
UFG	GO		X	
UFMA	MA	X		
UFV	MG		X	
UFU	MG		X	
UFJF	MG		X	
UNIFAL	MG		X	
UEMS	MS	X		
UFGD	MS		X	
UFMT	MT		X	
UFPA	PA	X		

UFPB	PB	X		
UFPE	PE	X		
UFPI	PI		X	
UEL	PR	X		
UEM	PR			X
UFPR	PR		X	
UERJ	RJ			X
UFRRJ	RJ	X		
FGV	RJ		X	
UFRN	RN		X	
UNIR	RO	X		
UFRR	RR		X	
UFPEL	RS		X	
UNIPAMPA	RS		X	
UFSC	SC		X	
UFS	SE		X	
UFSCAR	SP		X	
UNICAMP	SP			X
UNESP/ARA	SP		X	
UNESP/MAR	SP			X
UNIFESP	SP			X
UFT	TO		X	
TOTAL				
43		11	27	5

Fonte: PPCs. Elaboração própria.

Mesmo sabendo que esta é uma atividade não obrigatória, de acordo com a legislação brasileira, consideramos o estágio um ato educativo importante, desenvolvido no ambiente de trabalho e visando à formação profissional através da articulação entre teoria e prática. Trata-se de um elemento importante na formação do estudante, através do qual são adquiridas e exercitadas competências profissionais, bem como a aplicação dos conhecimentos curriculares.

Quando pensamos no estágio profissional - como uma esfera complementar -, as coisas são bem diferentes. Dentre os PPCs analisados, aproximadamente em 25% dos casos encontramos a definição do estágio como obrigatório. Das 43 IES analisadas, 11 apontaram o estágio como obrigatório. A exemplo do que fica evidente no trecho a seguir: “O Estágio Supervisionado é considerado uma atividade curricular obrigatória indispensável para integralização e, por se tratar de um curso de graduação que visa à formação do bacharel em Ciências Sociais esta atividade é organizada da seguinte forma: três atividades curriculares,

sendo Estágio Supervisionado em Ciências Sociais I (6º semestre/75 horas), Estágio Supervisionado em Ciências Sociais II (7º semestre/120 horas), Estágio Supervisionado em Ciências Sociais III (8º semestre/75 horas), totalizando 270 horas” (PPC UFPA, p. 35-36).

Dos casos analisados, apenas 5 não citaram explicitamente a possibilidade do desenvolvimento de estágio profissional, foram eles: PPC UEM; PPC UERJ; PPC UNICAMP; PPC UNESP/MAR; e PPC UNIFESP.

A maioria das IES - 27 delas para ser mais preciso -, apresenta o estágio como não obrigatório e de certa forma, isto não nos parece surpreendente, pois, em muitos momentos, as Universidades estão mesmo amarradas a certas predeterminações legais. O Parecer CNE/CES nº 492/01, homologado em 9/7/2001, que trata de diversos processos acerca das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia é um exemplo disto. Ele não determina expressamente o caráter de obrigatoriedade do estágio para o bacharelado, sendo que fica a critério de cada instituição a sua inclusão ou não no respectivo projeto pedagógico do curso de Ciências Sociais. Sendo a obrigatoriedade do estágio apenas para os cursos de licenciatura. Ao passo que no mesmo documento, entre as competências e habilidades gerais que os alunos do mesmo curso devem contemplar, está bem evidente uma delas: domínio da bibliografia teórica e metodológica básica.

Fica claro que a maioria das IES está de acordo com a lei, cita a possibilidade do estágio como facultativo, sem estipular abertamente como isso se daria efetivamente na organização dos cursos, ficando muito mais evidente a possibilidade de o estudante fazer suas escolhas, algumas vezes, usando o estágio para integralizar as atividades complementares.

Vejamos o trecho a seguir: “O bacharelado deverá integralizar 210 horas em atividades complementares, desenvolvidas na própria Instituição ou em outros ambientes de aprendizado e estudo. Poderão ser creditadas, para tal finalidade, atividades como estágios extracurriculares, participação em cursos e palestras, extensão universitária, iniciação científica, participação em eventos técnico-científicos, publicações científicas, programas de monitoria e tutoria em disciplinas, representação discente em órgãos colegiados, participação em grupos de estudos, publicações científicas” (PPC UNESP/ARA, p. 17).

Dessa forma, fica evidente que quando falamos da possibilidade de estágio profissional, essa é uma preocupação que existe dentro da maioria destes documentos, mas expressa-se mais como uma possível alternativa, sem diretrizes claras e objetivas de como este desenvolvimento de estágio se daria.

Assim, acreditamos que caberia às IES possibilitarem o desenvolvimento destas atividades, propondo claramente a necessidade destes elementos para uma formação integral do sociólogo. Como diz Mirhan (2015), essas instituições que oferecem “cursos de bacharelado devem procurar estabelecer convênios com prefeituras, órgãos públicos, ONGs, secretarias de estado, empresas estatais de energia e meio ambiente, sindicatos etc. no sentido de garantirmos vagas de estágios para estudantes de ciências sociais”. (MIRHAN, 2015, p. 80)

Pensamos que dessa maneira, os egressos poderiam ter uma preparação mais adequada às inúmeras e variadas situações de trabalho que podem surgir como possibilidade diante dos milhares de formandos que saem ano a ano das universidades brasileiras, aumentando a sua expectativa de empregabilidade em um mercado profissional extremamente disputado e que exige uma melhor formação destes profissionais.

Tomamos como base o trabalho de Gomes e Azevedo (2017) que mostra que:

Mirhan (2015, 60-64) propõe mudanças aos atuais currículos de bacharelado em Ciências Sociais. Schwartzman (1991), Bonelli (1993), Miglievich-Ribeiro (1999), Braga (2009) e Mirhan (2015) estabelecem consenso sobre o perfil curricular atual possuir ou favorecer a vocação e a formação de pesquisadores eminentemente teóricos. Entretanto, apenas Schwartzman (1991) e Mirhan (2015) propõem mudanças curriculares. (GOMES E AZEVEDO, 2017, p. 12-13)

As mudanças sugeridas por Mirhan (2015) seguem as propostas de currículo dos cursos de ciências sociais no Brasil aprovadas pelo 10º Congresso Nacional de Sociólogos de 1996 em Porto Alegre. Ele propõe, de maneira resumida: uma formação básica teórico-metodológica organizada em sete semestres, dividido em disciplinas básicas e disciplinas profissionalizantes; e um semestre com formação profissionalizante, envolvendo fóruns de debates, estudos supervisionados, elaboração de monografia e estágio profissional supervisionado.

Claro que essa proposta não tem de ser uma imposição, o autor também deixa claro que:

O mais importante neste momento é abrir o debate, que envolve não só estudantes, coordenadores de cursos, chefias de departamentos de ciências sociais, mas também as entidades representativas dos profissionais, os sindicatos, as associações, as sociedades de pesquisa, entidades envolvidas na pesquisa acadêmica e de campo, os órgãos governamentais, entre outros. (MIRHAN, 2015, p. 64)

Compartilhamos desta mesma perspectiva. Assim o trabalho presente pretende contribuir com este debate e fomentar uma ampliação do mesmo, acontecimento que seria impactante para o desenvolvimento das ciências sociais, preocupação cardinal desta pesquisa.

Notamos por fim, então, que a nossa hipótese é confirmável. Pois se por um lado parece haver sim, uma preocupação aparente e textual com a possibilidade de uma formação diversificada, que envolve - além do domínio teórico - também o desenvolvimento metodológico, prático e algumas vezes até aplicado; e mesmo que seja possível notar também que o perfil construído, em muitas universidades, não forma apenas para a academia - temos PPCs que constroem cursos mais diversificados do ponto de vista da formação profissional, inclusive com a possibilidade de estágio, às vezes até obrigatório. Por outro percebemos que a preocupação com o domínio teórico nos cursos ganha um maior destaque, sendo colocada massivamente de maneira clara e sistematizada dentro destes documentos. Portanto, embora citem todas estas possibilidades de desenvolvimento prático, metodológico e aplicado dentro do desenvolvimento acadêmico do egresso, acabam não delimitando muito bem como isso será feito, relação que está muito bem colocada quando procuramos o que os textos dizem sobre desenvolvimento teórico. De forma que muitas vezes, temos a sensação de que certos conteúdos estão ali apenas por estar, sem maiores consequências em termos formativos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo foi conduzido com o objetivo de investigar o ofício do sociólogo no Brasil no atual momento histórico. Ao longo deste trabalho, examinamos diversas variáveis importantes na institucionalização das ciências sociais, principalmente em nosso país, visando compreender os caminhos seguidos.

Nossos resultados revelaram que existe, primeiramente, uma falta de consenso dentro das ciências sociais - que remontam inclusive ao embate entre os clássicos -, e esse aspecto parece ter atingido com muitas incertezas, diversos pontos da institucionalização desta área no Brasil, como: a definição do ofício; o desenvolvimento de um mercado de trabalho; e, finalmente, o perfil de formação acadêmica nesta área.

Além disso, identificamos também que parece existir uma grande defasagem na legislação que regulamenta o desenvolvimento desta profissão no país. É uma lei feita há muito tempo, em um outro contexto, e seria interessante que este elemento legal passasse por um amplo processo de discussão e revisão.

No entanto, esse problema não exime o fato de que existe um mercado de trabalho demandante para as ciências sociais e essa demanda atinge vários segmentos de uma ampla carreira. E, conforme mostramos, na maioria das IES a preparação dos futuros sociólogos não está condizente com uma formação integral destes cientistas. Há um extenso debate na academia que nos levou a investigar isso.

Para aferir essa situação, resolvemos abordar o que as próprias IES tinham a dizer sobre esta formação. Para isso, fizemos um levantamento, coleta e tratamento dos PPCs de diversas universidades, a fim de constatar um panorama generalizado deste século.

Nesse momento foi possível constatar algumas informações também importantes: 1- não há realmente nenhuma clareza nestes documentos sobre as características do ofício de sociólogo e as particularidades desta ocupação. 2- também não há uma clareza em relação à existência de um mercado de trabalho fomentado para esta área e nem de uma perspectiva animadora de acolhimento dos egressos.

Em suma, chegamos à conclusão de que isto está diretamente relacionado justamente com a falta de clareza no próprio debate epistemológico desta área. Notamos vários perfis de organização de cursos, de formação, de estrutura, enfim, muitas diferenças na preparação de profissionais que disputam uma mesma área. E mesmo com esta grande variedade de situações, percebemos que há, sim, uma certa valorização do domínio teórico na formação dos bacharéis, e mesmo que pareça evidente que há espaço também para o domínio metodológico e prático - às vezes até aplicado - na formação ofertada, isso quase nunca está colocado de

forma tão clara e objetiva. De modo que constatamos que há sim um perfil de formação extremamente teórico.

Portanto, entendemos que este estudo oferece *insights* valiosos que podem contribuir muito para que os egressos possam ter uma preparação mais adequada às inúmeras e variadas situações de trabalho que podem surgir como possibilidade diante dos milhares de formandos que saem ano a ano das universidades brasileiras, aumentando a sua expectativa de empregabilidade em um mercado profissional extremamente disputado e que exige uma melhor formação destes profissionais.

O desafio só aumenta quando olhamos para a complexidade de problemas que assolam o Brasil e o mundo, e quando nos deparamos com a aceleração de mudanças no mercado de trabalho, por exemplo, com a inovação constante da “inteligência artificial”, precisamos trazer à tona este debate sobre formação e mercado de trabalho e as ciências sociais só têm a ganhar com isto.

EPÍLOGO

Ao final deste mestrado, é possível refletir sobre a jornada de pesquisa e aprendizado que empreendemos ao longo deste processo.

Primeiramente, é importante ressaltar a relevância deste estudo para as ciências sociais. Durante nossa investigação, exploramos de forma aprofundada as nuances e as complexidades do ofício do sociólogo, buscando compreender seu impacto e contribuição para a área em que se insere. Ao realizar uma análise criteriosa da literatura existente, elaborar hipóteses, coletar e analisar dados, fomos capazes de adicionar novas perspectivas e *insights* ao debate acadêmico.

Além disso, é crucial destacar os desafios e as limitações encontradas durante a realização deste trabalho. A pesquisa científica é um processo contínuo e dinâmico, permeado por incertezas e obstáculos. No entanto, foi por meio dessas dificuldades que adquirimos uma compreensão mais profunda das complexidades do tema e da importância de abordá-lo de forma crítica e cuidadosa.

Outro aspecto relevante a ser mencionado é a contribuição deste estudo para a sociedade em geral. Ao investigar uma questão específica, muitas vezes nos deparamos com implicações mais amplas e potenciais aplicações práticas. Nesse sentido, espero que este trabalho possa servir como base para futuras pesquisas, inspirando novas abordagens e estimulando discussões enriquecedoras.

Por fim, gostaria de expressar, mais uma vez, minha gratidão a todas as pessoas e instituições que contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho acadêmico. Agradeço também novamente a minha orientadora por sua orientação e suporte ao longo do processo.

Que este trabalho possa inspirar e motivar outros pesquisadores a continuarem a busca pelo conhecimento e a contribuírem para o avanço do saber nas ciências sociais. E que os esforços empreendidos aqui possam ter impacto e gerar benefícios para a sociedade como um todo.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Cíntia Borges de; CIMINO, Marli Saraiva. Fernando de Azevedo: uma escrita de história. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/12/42/fernando-de-azevedo-uma-escrita-de-histoacuteria>. Acesso em: 9 maio 2023.
- BALTAR, Ronaldo; BALTAR, Cláudia Siqueira. A Sociologia como profissão. **Revista Brasileira de Sociologia**, Brasília, v. 5, n. 10, p. 259-289, mai/ago 2017.
- BALTAR, Ronaldo. Mercado de trabalho para os sociólogos e a Sociologia no Ensino Médio. **Revista Coletiva**, Campinas, n. 10, n.p., jan/fev/mar/abr 2013. Disponível em: <http://coletiva.labjor.unicamp.br/index.php/artigo/mercado-de-trabalho-para-os-sociologos-e-a-sociologia-no-ensino-medio/>. Acesso em: 22 set. 2022.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- BLOIS, Juan Pedro. A sociologia como profissão no Brasil e na Argentina: Formação, organização e intervenção dos sociólogos. **Cadernos de Trabalho NETSAL**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 6, 2014.
- BRASIL. **Decreto nº 89.531, de 5 de abril de 1984**. Regulamenta a Lei nº 6.888, de 10 de dezembro de 1980, que dispõe sobre o exercício da profissão de sociólogo e dá outras providências. [S. l.], 1984. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/atos/decretos/1984/d89531.html. Acesso em: 22 ago. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 6.888, de 10 de dezembro de 1980**. Dispõe sobre o exercício da profissão de Sociólogo e dá outras providências. [S. l.], 1980. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1980-1988/16888.htm. Acesso em: 22 jul. 2021.
- BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. [S. l.], 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 28 ago. 2021.
- BRASIL. **Parecer CNE/CES nº 492/01, de 9 de julho de 2001**. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. [S. l.], 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>. Acesso em: 27 set. 2021.
- BOURDIEU, Pierre *et al.* **A profissão de sociólogo: Preliminares epistemológicas**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- CELLARD, André. A Análise Documental. In: POUPART, Jean. *et al.* (Orgs.) **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 295 - 316.
- COMTE, Auguste. **Curso de Filosofia Positiva**. In. Comte. Coleção Os Pensadores. Tradução de José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

COSTA, António Firmino da; MAURITTI, Rosário. **Formação e empregabilidade dos sociólogos em Portugal**: uma perspectiva comparada nas ciências sociais, 2014. (Disponível em:

https://www.academia.edu/12114392/Mauritti_R_Costa_AF_2014_Forma%C3%A7%C3%A3o_e_empregabilidade_dos_soci%C3%B3logos_em_Portugal_uma_perspetiva_comparada_nas_ci%C3%A2ncias_sociais. Acesso em: 27 out. 2022)

DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. In. Durkheim. Coleção Os pensadores. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

FERNANDES, Florestan. **As mudanças sociais no Brasil**. In. IANNI, Octavio (org.). Florestan Fernandes - Sociologia. Coleção Grandes Cientistas Sociais. 2ª ed. São Paulo: Ática, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A sociologia no Brasil**: contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1977.

FERNANDES, Florestan. "Comunicação e debates". **Anais do I Congresso Brasileiro de Sociologia**. São Paulo, SBS, 23 e 24 de junho de 1954, pp. 319-321 e pp. 325-328, 1955.

GALLEGO, Rita de Cássia; SILVA, Vivian Batista da. Projeto Político Pedagógico. **Série Acadêmica**, [s. l.], 2019.

GOMES, Fabio de Medina; AZEVEDO, Gustavo Cravo de. Reflexões sobre mercado de trabalho para cientistas sociais e pressões por mudanças curriculares. **Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 92-108, jan./jun. 2017.

GONDIM, Sônia Maria Guedes. Perfil profissional e mercado de trabalho: relação com a formação acadêmica pela perspectiva de estudantes universitários. **Estudos de Psicologia, Natal**, v. 7, n. 2, p. 299-309, jul/dez 2002. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/epsic/a/qY3vsNBv5N4PWF3LQT3Twsz/?lang=pt>. Acesso em: 17 dez. 2020.

LIMA, Jacob Carlos; CORTES, Soraya Maria Vargas. A sociologia no Brasil e a interdisciplinaridade nas ciências sociais. **Civitas: Revista De Ciências Sociais**, [s. l.], v. 13, n. 3, p. 416-435, 2014. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/16522>. Acesso em: 19 abr. 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

MARÇAL, Mariane *et al.* Análise dos Projetos Pedagógicos de Cursos de graduação em Enfermagem. **Revista Baiana de Enfermagem**, Salvador, v. 28, n. 2, p. 117-125, maio/ago. 2014. Disponível em:

<https://periodicos.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/10027/8863>. Acesso em: 25 abr. 2023

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos e outros textos escolhidos**. Coleção Os pensadores. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MICELI, Sergio. (org.) **História das Ciências Sociais no Brasil**. São Paulo: Sumaré/Fapesp, 2001 (vol.1).

MIRHAN, Lejeune. **O Mercado de Trabalho e a Profissionalização do Sociólogo**. 1. ed. São Paulo: Fundação Maurício Grabóis, 2015.

MORAES, Amaury Cesar. Licenciatura em ciências sociais e ensino de sociologia: entre o balanço e o relato. **Tempo Social**, São Paulo, v. 15, n. 1, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/Xf5BRdPjt6BwnnpQ457pwkN/?lang=pt>. Acesso em: 16 maio 2023.

OLIVEIRA, Denize Cristina de. Análise de Conteúdo Temático-Categorial: uma proposta de sistematização. **Revista Enfermagem**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 569-576, out/dez 2008. Disponível em: <http://files.bvs.br/upload/S/0104-3552/2008/v16n4/a569-576.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2023.

SAMPAIO, Rafael Cardoso; LYCARIÃO, Diógenes. **Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação**. Brasília: Enap, 2021. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/6542>. Acesso em: 27 abr. 2023.

WALLERSTEIN, Immanuel *et al.* **Para abrir as ciências sociais** - Relatório da Comissão Gulbenkian sobre a reestruturação das ciências sociais. Lisboa: Europa-América, 1996

WARD, Lester. **Applied Sociology** – A treatise on the conscious improvement of society by society. Boston, New York, Chicago, London: Ginn & Company, 1906.

WEBER, Max. A “**objetividade**” do conhecimento nas ciências sociais. In. COHN, Gabriel (org.). Max Weber - Sociologia. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1979.

ZANCAN RODRIGUES *et al.* O Documento “Proposta para Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica” (BNCFP): dez razões para Temer e contestar a BNCFP. **Tempo Social**, São Paulo, v. 20, p. 1–39, jan/dez 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbpec/article/view/16205>. Acesso em: 18 maio 2023.

APÊNDICES

APÊNDICE A - quadro com a lista das IES, siglas e referências

NOME DA UNIVERSIDADE	SIGLA	QUALIDADE	MUNICÍPIO	UE	REFERÊNCIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE	UFAC	Federal	Rio Branco	AC	PPC UFAC
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	UFAL	Federal	Maceió	AL	PPC UFAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS	UFAM	Federal	Manaus	AM	PPC UFAM
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ	UNIFAP	Federal	Macapá	AP	PPC UNIFAP
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA	UNEB	Estadual	Salvador	BA	PPC UNEB
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	UFBA	Federal	Salvador	BA	PPC UFBA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	UFBA	Federal	Salvador	BA	REPETIDA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	UFBA	Federal	Salvador	BA	REPETIDA
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO	UNIVASF	Federal	Juazeiro	BA	PPC UNIVASF
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA	UFRB	Federal	Cachoeira	BA	PPC UFRB
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ	UECE	Estadual	Fortaleza	CE	SEM DADOS
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO VALE DO ACARAÚ	UVA	Estadual	Sobral	CE	SEM DADOS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	UFC	Federal	Fortaleza	CE	PPC UFC
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	UFC	Federal	Fortaleza	CE	REPETIDA
UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI	URCA	Estadual	Crato	CE	SEM DADOS
UNIVERSIDADE DA I. I. DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA	UNILAB	Federal	Redenção	CE	LICENCIATURA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	UNB	Federal	Brasília	DF	PPC UNB
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	UNB	Federal	Brasília	DF	REPETIDA
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA	UNB	Federal	Brasília	DF	REPETIDA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	UFES	Federal	Vitória	ES	PPC UFES
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	UFES	Federal	Vitória	ES	REPETIDA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	UFG	Federal	Goiânia	GO	REPETIDA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	UFG	Federal	Goiânia	GO	PPC UFG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO	UFMA	Federal	São Luís	MA	PPC UFMA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO	UEMA	Estadual	São Luís	MA	SEM DADOS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA	UFV	Federal	Viçosa	MG	PPC UFV
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA	UFU	Federal	Uberlândia	MG	PPC UFU
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS	PUC MINAS	Privada	Belo Horizonte	MG	SEM DADOS
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS	UNIMONTES	Estadual	Montes Claros	MG	SEM DADOS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	UFMG	Federal	Belo Horizonte	MG	SEM DADOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	UFJF	Federal	Juiz de Fora	MG	PPC UFJF
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS	UNIFAL-MG	Federal	Alfenas	MG	PPC UNIFAL
I. F. EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO	IFTM	Federal	Uberaba	MG	LICENCIATURA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	UFMS	Federal	Campo Grande	MS	SEM DADOS
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL	UEMS	Estadual	Paranaíba	MS	PPC UEMS
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS	UFGD	Federal	Dourados	MS	PPC UFGD
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO	UFMT	Federal	Cuiabá	MT	PPC UFMT
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	UFPA	Federal	Belém	PA	PPC UFPA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	UFPB	Federal	João Pessoa	PB	PPC UFPB
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	UFCG	Federal	Campina Grande	PB	SEM DADOS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	UFPE	Federal	Recife	PE	PPC UFPE
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	UFRPE	Federal	Recife	PE	SEM DADOS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ	UFPI	Federal	Teresina	PI	PPC UFPI
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA	UEL	Estadual	Londrina	PR	PPC UEL
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	UEM	Estadual	Maringá	PR	PPC UEM
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	UFPR	Federal	Curitiba	PR	PPC UFPR
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ	UNIOESTE	Estadual	Toledo	PR	LICENCIATURA
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO	PUC-RIO	Privada	Rio de Janeiro	RJ	SEM DADOS
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	UERJ	Estadual	Rio de Janeiro	RJ	PPC UERJ
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	UFF	Federal	Niterói	RJ	SEM DADOS
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE	UFF	Federal	Campos dos Goytacazes	RJ	SEM DADOS
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO	UFRRJ	Federal	Seropédica	RJ	PPC UFRRJ
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	UFRJ	Federal	Rio de Janeiro	RJ	SEM DADOS
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO	UENF	Estadual	Campos dos Goytacazes	RJ	SEM DADOS
UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES	UCAM	Privada	Rio de Janeiro	RJ	CURSO EXTINTO
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS	FGV	Privada	Rio de Janeiro	RJ	PPC FGV
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	UERN	Estadual	Mossoró	RN	SEM DADOS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	UFRN	Federal	Natal	RN	PPC UFRN
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA	UNIR	Federal	Porto Velho	RO	PPC UNIR
UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	UFRR	Federal	Boa Vista	RR	PPC UFRR
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL	PUCRS	Privada	Porto Alegre	RS	CURSO EXTINTO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	UFRGS	Federal	Porto Alegre	RS	SEM DADOS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA	UFSM	Federal	Santa Maria	RS	SEM DADOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS	UFPEL	Federal	Pelotas	RS	PPC UFPEL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA	UNIPAMPA	Federal	São Borja	RS	PPC UNIPAMPA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	UFSC	Federal	Florianópolis	SC	PPC UFSC
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	UFS	Federal	São Cristóvão	SE	PPC UFS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	UFSCAR	Federal	São Carlos	SP	PPC UFSCAR
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS	PUC-CAMPINAS	Privada	Campinas	SP	SEM DADOS
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	UNICAMP	Estadual	Campinas	SP	REPETIDA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	UNICAMP	Estadual	Campinas	SP	PPC UNICAMP
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO	UNESP	Estadual	Araraquara	SP	PPC UNESP/ARA
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO	UNESP	Estadual	Marília	SP	PPC UNESP/MAR
ESCOLA DE SOCIOLOGIA E POLÍTICA DE SÃO PAULO	ESP	Privada	São Paulo	SP	SEM DADOS
UNIVERSIDADE SANTO AMARO	UNISA	Privada	São Paulo	SP	CURSO EXTINTO
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	PUCSP	Privada	São Paulo	SP	SEM DADOS
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO	UNIFESP	Federal	Guarulhos	SP	PPC UNIFESP
FACULDADE DE BOITUVA	FIB	Privada	Boituva	SP	CURSO EXTINTO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS (acrescentada na lista)	UFT	Federal	Porto Nacional	TO	PPC UFT

Fonte: PPCs. Elaboração própria.

LEGENDA:

IES com PPCs encontrados e referência

IES Repetidas

IES sem dados

IES com cursos extintos

IES oferecem apenas licenciatura